



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Beatriz Vieira da Silveira

**A POBREZA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E SUA EXPRESSÃO NA
REALIDADE ESCOLAR A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Florianópolis
2022

Beatriz Vieira da Silveira

**A Pobreza no município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir
de uma análise do Programa Bolsa Família**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
defendido no Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Licenciado
em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Adir Valdemar Garcia

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Beatriz Vieira da

A POBREZA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E SUA EXPRESSÃO
NA REALIDADE ESCOLAR A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA / Beatriz Vieira da Silveira ; orientador,
Adir Valdemar , 2022.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em ,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. . 2. Pobreza. 3. Educação. 4. Desigualdade Social. 5.
Programa Bolsa Família; Antônio Carlos/SC. I. Valdemar ,
Adir . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em . III. Título.

Beatriz Vieira da Silveira

A Pobreza no município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir de uma análise do Programa Bolsa Família

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de março de 2022.

Prof.^a Dr.^a Patrícia de Moraes Lima
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adir Valdemar Garcia
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Apolina Regina Groff
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Jocemara Triches
Membro Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado para todos aqueles que fizeram parte da minha longa caminhada de vida e de estudos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciane e José, vocês são o grande motivo da realização desta conquista, sem vocês eu não teria chegado onde cheguei.

Pai, obrigada por todas as vezes que teve que me levar e buscar quando eu ficava estudando na UFSC até tarde. Você nunca mediu esforços para me ajudar, obrigada por estar comigo sempre. Mãe, minha confidente, você esteve em todos os momentos da minha vida. Obrigada por cada colo, por cada escuta, quando eu lhe contava o que eu tinha aprendido ou escrito nos trabalhos acadêmicos. Obrigada mãe, por me mostrar o caminho certo, você é minha inspiração, é quem me fez querer ainda mais tornar-me professora e, através desta profissão, buscar sempre por um mundo melhor, mais humano! Meus amados, obrigada por tanto, vocês são meu porto seguro. Amo vocês, eternamente.

À minha querida irmã, Monique, minha melhor amiga, sempre estive do meu lado quando eu mais precisei. Obrigada por escutar meus desabafos quando, em muitos momentos de estresse e angústias, você me deu forças para seguir meu caminho. Ao meu amado noivo, Ricardo, por me incentivar a continuar nesta caminhada de muitos estudos e desafios, por acreditar em mim, por cada “você vai conseguir”, “fica tranquila, vai dar tudo certo”, “se cuida, boa prova”. Certamente, por muitas vezes, essas palavras me fizeram acreditar que eu era capaz de fazer e ser o que eu quisesse. Eu amo vocês, obrigada por tudo!

À minha amiga Laura, que estive comigo durante estes quatro anos e meio, compartilhando momentos que jamais esquecerei, de muitas risadas, conhecimentos e, também, de muitos estresses... a você sou grata por tudo e principalmente por toda ajuda e ombro amigo. Você se tornou muito especial para mim.

Agradeço ao meu orientador, Adir Valdemar Garcia, por toda dedicação durante este processo, por cada reunião, que mesmo de forma remota, não deixou de mostrar-me seu carinho, sua atenção e sua humildade nas inúmeras vezes que estive insegura e com dúvidas. És exemplo de professor, pesquisador e, principalmente, um ser humano incrível. A você, minha eterna admiração e gratidão!

Às professoras Dr^a Célia Regina Vendramini, Dr^a Apoliana Regina Groff e Dr^a Jocemara Triches por aceitarem o convite para fazerem parte da banca examinadora deste TCC.

A todos que, comigo, estiveram durante esta trajetória acadêmica, o meu mais sincero, muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa *A pobreza no município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir do Programa Bolsa Família*, de caráter documental e bibliográfico, dedica-se aos estudos voltados à compreensão da relação pobreza e educação. No que diz respeito ao aspecto documental, foram priorizados documentos que permitiram a verificação de dados sobre pobreza e desigualdade social do município de Antônio Carlos/SC, principalmente os elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no âmbito do Programa Bolsa Família. A pesquisa bibliográfica, exigiu a leitura de textos de autores de diferentes matrizes para a discussão sobre os fenômenos pobreza e desigualdade social, em particular, de autores vinculados à teoria marxista, tendo em vista que a perspectiva teórica que sustenta esta pesquisa é o materialismo histórico-dialético. A pesquisa teve como objetivo investigar a pobreza no município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir de dados do PBF. O estudo apontou que mesmo sendo um município com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, de 0,749, referente ao Censo de 2010 e também ocupando posições de destaque, em 2019, no que tange a trabalho e rendimento, a pobreza ainda persiste neste espaço. Isto é provado quando vemos, por meio dos dados do Programa Bolsa Família da cidade, a quantidade de famílias, pessoas e estudantes que são beneficiários/as deste Programa. No ano de 2019, havia 148 crianças e adolescentes que precisavam ter a frequência escolar acompanhada e, destas, foram acompanhadas 127, o que equivale a 85,81% dos/as estudantes. Dos anos de 2020 e 2021, não há dados sobre isto. Com relação às pessoas beneficiárias do PBF, em 2020, percebemos que a pobreza em Antônio Carlos-SC atingiu, principalmente, as pessoas jovens, pois, a maior parte estava na faixa etária de 0 a 34 anos. Dentre estas pessoas, havia mais mulheres do que homens (245 contra 188 homens), totalizando 433 pessoas. Dessa forma, a pesquisa possibilitou verificar o perfil da pobreza na cidade de Antônio Carlos-SC, bem como a importância de programas sociais, como o PBF, para o alívio da pobreza, apesar de ser um Programa que impõe condicionalidades para aquilo que já deveria ser um direito garantido. A condicionalidade relativa à educação influencia diretamente na frequência escolar, apesar de ainda não estar clara a sua implicação no desempenho dos/as estudantes beneficiários/as. A partir da teoria marxista, que dá sustentação a esta pesquisa, entendemos que a pobreza é efeito e condição do capitalismo, e que esta não pode, pela própria lógica dessa ordem social, ser erradicada, o que indica a necessidade de construção de outra ordem.

Palavras-chave: Pobreza. Educação. Desigualdade social. Programa Bolsa Família. Antônio Carlos/SC.

ABSTRACT

The research *Poverty in the city of Antônio Carlos and its expression in the school reality based on the data from the Bolsa Família Program*, of documentary and bibliographic nature, is dedicated to studies aimed at understanding the relationship between poverty and education. With regard to the documentary aspect, priority was given to documents that allowed the analysis of data on poverty and social inequality in the city of Antônio Carlos/SC, mainly those provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and within the scope of the Bolsa Família Program. The bibliographic research required the reading of texts by authors from different backgrounds for the discussion about the phenomena of poverty and social inequality, in particular, by Marxist authors, considering that the theoretical perspective supported in this research is dialectical historical materialism. The research had as general objective to investigate poverty in the city of Antônio Carlos and its expression in the school reality based on PBF data. The study pointed out that even though it is a city with one of the highest Human Development Indexes in Santa Catarina, of 0.749, referring to the 2010 Census, and also occupying prominent positions in 2019 with regard to work and income, poverty still persists. This is proven when, through data from the Bolsa Família Program in the city, it is possible to see the number of families, people and students who were beneficiaries of this Program. In 2019, there were 148 children and adolescents who needed to have their school attendance monitored, and, of these, 127 were accompanied, that is, 85.81% of students; in 2020 and 2021, there were no data about it. In relation to PBF beneficiaries in 2020, it was noticed that poverty in Antônio Carlos-SC mainly affected young people, since most of them were in the age group from 0 to 34 years old. Among these people, there were more women than men (245 against 188 men) in a total of 433 people. Thus, the research showed the profile of poverty in the city of Antônio Carlos, as well as the importance of social programs, such as the PBF, to alleviate poverty, despite being a Program that imposes conditionalities on what should already be a guaranteed right. Conditionality related to education directly influences school attendance, although its implication on the performance of beneficiary students is not yet clear. From Marx's theory, which supports this research, we understand that poverty is an effect and a condition to capitalism, and that it cannot be eradicated, due to the logic of social order, which points to the need to construct a new social order.

Key-words: Poverty. Education. Social inequality. Bolsa Família Program, Antônio Carlos/SC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Antônio Carlos/SC - 2004 a 2021	31
Tabela 2- Quantidade de beneficiários de 6 a 15 anos com perfil de educação no município de Antônio Carlos/SC	32
Tabela 3 - Quantidade de beneficiários de 16 e 17 anos com perfil de educação no município de Antônio Carlos/SC	33
Tabela 4- Pessoas em famílias beneficiárias do PBF no município de Antônio Carlos/SC, - por sexo/gênero e faixa etária - 2020	34
Tabela 5- Famílias e pessoas de Antônio Carlos/SC cadastradas no Cadastro Único	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE/FGV - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

NIS - Número de Identificação Social

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PPAS - Planos Plurianuais

PNAD COVID-19 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid 19

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNES - Planos Nacionais de Educação

PPC - Poder de Paridade de Compra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 MEMORIAL.....	12
1.2 MÉTODO.....	15
2 A POBREZA COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA	17
3 O FENÔMENO POBREZA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC COM BASE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	27
3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC	27
3.2 A POBREZA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC	30
4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

1.1 Memorial

Durante o período da graduação no Curso de Pedagogia, houve muitas dúvidas e incertezas, como também muitos aprendizados. Porém, uma das principais certezas que tive desde o início da graduação era de que eu amava os estudos voltados para a área de educação e sociedade. Ao passar dos anos, este gosto por esta área de conhecimento permaneceu, mas, até então, a dúvida do que eu realmente queria pesquisar ainda se manteve, até porque era muito cedo para que já tivesse uma certeza a este respeito.

No entanto, no decorrer dos anos e das fases do curso, as disciplinas voltadas à discussão mais ampla sobre a sociedade foram reduzidas, pois estas ocorrem mais no início do curso, principalmente, com as disciplinas de Educação e Sociedade I e II e Educação e trabalho, na primeira e segunda fases. Porém, novas áreas de conhecimentos foram despertando-me uma nova paixão, como por exemplo, os estudos voltados para a psicologia, em que tive a oportunidade de aprender e conhecer como se dá a aprendizagem e o desenvolvimento a partir de três grandes teóricos, Lev Vygotsky (1896-1934), Jean Piaget (1896- 1980), e Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879-1962).

Dessa forma, as dúvidas eram ainda mais frequentes neste momento, pois havia mais uma área específica de conhecimento que me despertou o interesse. Entretanto, com o passar do curso, com as idas em escolas da grande Florianópolis nas disciplinas de Educação e Infância, os primeiros contatos com crianças de bairros carentes aconteceram, até que, então, o gosto pela educação articulada com o interesse de estudar ainda mais sobre as questões da sociedade, como a desigualdade social e a pobreza, fez com que surgissem algumas provocações, e logo, a cada fase, um novo questionamento surgia.

Entretanto, com as circunstâncias da vida, eis que chega a pandemia da Covid-19 e o ensino remoto é implantado na Universidade Federal de Santa Catarina, com vistas a priorizar a saúde de todos. Logo, apesar de não ter o ensino de qualidade de forma presencial, tive uma grande oportunidade de fazer uma disciplina optativa que eu queria a muito tempo fazer, mas não era possível, pois a disciplina era ofertada no período noturno na UFSC e, como moro muito longe, era inviável ficar até muito tarde em Florianópolis. Trata-se da disciplina optativa “Educação, pobreza e desigualdade”, ofertada no período da pandemia de forma remota pelo Professor Adir Valdemar Garcia (meu orientador do TCC).

A disciplina tratou da educação e sua relação com os fenômenos pobreza e desigualdade social, baseada em três perspectivas: Liberal/Neoliberal, Socialdemocrata e

Marxista. Dessa forma, o que antes era apenas um desejo de estudar ainda mais sobre essa área, com esta disciplina, acabou se realizando.

A partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e, principalmente, com a disciplina Educação, pobreza e desigualdade, os questionamentos ficaram ainda mais precisos e, com isso, uma das principais questões que surgiram foi entender como se caracteriza o município em que eu resido no que diz respeito à pobreza e às desigualdades sociais e como esses fenômenos se expressavam na realidade escolar.

Pensando que, como futura profissional da educação, e reconhecendo que as desigualdades sociais estão muito presentes em toda sociedade, bem como no âmbito escolar, entendo que é de suma importância compreender não apenas a pobreza em geral, mas, sim, a pobreza no local em que atuarei, pois, trabalhar com estudantes requer conhecê-los/as para além dessa condição. É necessário vê-los/as como indivíduos que estão inseridos em uma determinada cidade e sociedade estruturada por diferentes classes sociais.

Considerando o exposto acima, me senti instigada a compreender como se revela a pobreza e as desigualdades sociais no município de Antônio Carlos/SC e como ela se expressa na realidade escolar, tomando como referência o Programa Bolsa Família (PBF). Interessa investigar o que o PBF mostra sobre a realidade de pobreza e desigualdade no município, e nas escolas em particular, procurando melhor entender a realidade específica do município de Antônio Carlos/SC.

Escolhi o município de Antônio Carlos/SC por ser o lugar em que eu moro e por acreditar que, se possível, irei trabalhar na educação do município. Dessa forma, ter o conhecimento desta pesquisa proposta será importante para a minha atuação.

Diante da compreensão da pobreza em geral, como esta se revela na cidade de Antônio Carlos/SC? A partir da minha futura profissão, estarei lidando com sujeitos de quais classes sociais? Qual é o perfil dos estudantes com os quais irei trabalhar? Como um município considerado com bom desenvolvimento econômico está nas estatísticas de atendimento do PBF? Então, quantos são os sujeitos que precisam do PBF? Será que todos os sujeitos pobres ou extremamente pobres estão dentro do PBF? Enfim, uma série de questões norteou-me para que pudesse querer pesquisar este tema.

A partir da compreensão sobre as causas da pobreza e das desigualdades sociais, entendo que a perspectiva teórica que deve sustentar este estudo é o materialismo histórico-dialético, pois permite a apreensão das contradições sociais. Dessa forma, o enfoque de minha pesquisa terá por base as contradições dessa sociedade marcada pela pobreza e pela desigualdade social.

As desigualdades sociais se expressam de muitas formas na realidade cotidiana e, por conseguinte, na realidade escolar. Afinal, na escola também estão as crianças e adolescentes que compõem as populações empobrecidas.

Em sociedades de classes, tratando aqui de modo específico, do capitalismo, a partir de uma determinada forma de produção e reprodução da vida, as desigualdades se colocam e se intensificam. As escolas, como microcosmos dessa sociedade, expressam de modo condensado, essa realidade social mais ampla, refletindo a alienação dos seres humanos, produzida a partir das relações que se estabelecem, conforme Mészáros (2006) comenta sobre a alienação em Marx. Portanto, é necessário compreender a pobreza e as desigualdades, bem como as suas expressões na realidade escolar, a partir deste sistema caracterizado pela teoria marxista.

Ferreira e Bittar (2008, p. 642) tratam da alienação a partir da perspectiva Marxista. Segundo os autores,

[...] as relações sociais de produção assentadas na propriedade privada dos meios de produção alienam o próprio homem da sua capacidade de agir conscientemente; e, por conseguinte, esse mesmo homem passa a não mais dominar as relações sociais necessárias ao seu desenvolvimento material e espiritual, mas a ser dominado - não é indivíduo total, mas membro unilateral de uma determinada esfera, e vive, numa palavra, no reino da necessidade, e não no da liberdade.

O aumento da pobreza indica o crescimento de concentração de riqueza nas mãos de um grupo cada vez menor de capitalistas. Dentre os pobres não estão apenas aqueles/as, que por sua condição, já estão alijados da possibilidade de vender sua força de trabalho, mas também aqueles/as que conseguem. No entanto, se é possível dizer que muitos trabalhadores/as formalizados/as podem viver uma condição de pobreza, outros/as vivem bem distantes dela. Dessa forma, a necessidade de acumulação, inerente a esta ordem social, vai colocando um número cada vez maior de trabalhadores/as na condição de pobreza ou próximo dela, a depender das medidas adotadas para caracterizar quem é ou não pobre.

Entretanto, se para haver aumento de riqueza para uma minoria é necessário que a maioria esteja em condição de pobreza, logo, a causa da pobreza é a própria lógica do capital. Uma vez que a “produção da desigualdade é endêmica ao sistema capitalista, portanto, as condições de vida, trabalho, escolarização, cultura, sociabilidade da classe trabalhadora são precárias e empobrecidas. [...]” (D’ AGOSTINI, *et al* 2017, p 146). Dessa forma, com a incontornabilidade do sistema capitalista, a pobreza e as desigualdades sociais se sustentarão. A sua erradicação só poderia acontecer com a superação dessa ordem.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar a pobreza no município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir de uma análise histórica do PBF. Como objetivos específicos: 1) Relacionar o fenômeno pobreza e desigualdades sociais dentro do sistema capitalista ; 2) Mapear, com base o PBF, os dados sobre pobreza no município de Antônio Carlos; 3) Esquematizar, com base nos dados do PBF, o quantitativo de estudantes em situação de pobreza; 4) Apresentar uma linha histórica dos números sobre pobreza no município de Antônio Carlos e 5) Refletir sobre a importância do PBF para as famílias e para as crianças e adolescentes a partir de pesquisas já desenvolvidas.

1.2 Método

Este trabalho de conclusão de curso reflete uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se caracteriza por ter como fonte de dados a própria bibliografia, tendo a leitura como principal técnica da pesquisa, pois esta é fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Segundo Severino (1985), há alguns procedimentos que podem auxiliar uma pesquisa, ao que ele chamou de “Diretrizes”. Estas são definidas por: delimitação da unidade de leitura (delimitar partes do texto para que se possa trabalhar o texto por etapas); análise textual (esquematizar a unidade para facilitar a compreensão do texto); análise temática (etapa de compreensão das ideias do texto); análise interpretativa (interpretar o texto); problematização (discussão do texto) e; síntese pessoal (reelaboração pessoal sobre as ideias que o autor traz no texto).

Portanto, esta pesquisa exigiu a leitura de textos de autores de diferentes matrizes para a discussão sobre os fenômenos pobreza e desigualdade social, em particular, de autores vinculados à teoria marxista, tendo em vista a perspectiva de análise adotada. Da mesma forma, foram trabalhados textos que relacionam estes fenômenos com a educação e, também, com o PBF.

A pesquisa documental, por sua vez, é caracterizada por ter como fonte de dados, documentos que podem ter caráter histórico, institucional, associativo, oficial, entre outros. A análise documental, priorizou documentos que permitiam a verificação dos dados sobre pobreza e desigualdade social do município de Antônio Carlos-SC, principalmente os elaborados pelo IBGE e no âmbito do PBF.

Nos documentos produzidos pelo IBGE, buscamos os dados mais gerais sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil, no estado de Santa Catarina e em Antônio Carlos, o que possibilitou fazer uma análise da situação do município em relação à realidade mais ampla.

Os dados disponibilizados pelo PBF também serão referência importante, visto partirem de uma métrica diferente da recomendada pelo Banco Mundial, desde 2011, para medir a pobreza em países com o grau de desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, busquei verificar dentro deste Programa na cidade de Antônio Carlos/SC os dados de pobreza do município. Foram analisados os dados relativos: ao quantitativo dos sujeitos a ele vinculados (famílias e, em específico dos/as estudantes). A partir dos anos, foi possível analisar a linha histórica dos números sobre pobreza para verificar se houve um crescimento de pessoas vinculadas a partir dos anos pesquisados, questionar se todas as pessoas consideradas pobres ou extremamente pobres possuem o auxílio do PBF, e buscar entender a pobreza no município de Antônio Carlos/SC a partir dos dados que são coletados na prefeitura e na assistência social, bem como descrever a importância deste Programa Social (PBF) para as famílias com base em pesquisas já desenvolvidas

Em suma, o caminho metodológico percorrido implicou na leitura, análise e sistematização dos recursos bibliográficos que, por sua vez, deram sustentação para o tratamento dos dados obtidos nos documentos, permitindo, assim, o alcance dos objetivos propostos.

Este TCC está organizado, para além dessa introdução, em seções e considerações finais. Na seção 1, apresento a pobreza como expressão das desigualdades sociais na sociedade capitalista; na seção 2, trato do fenômeno pobreza no município de Antônio Carlos/SC com base no PBF e, na seção 3, reflito sobre a importância do PBF para as famílias e para as crianças e adolescentes com base em estudos já publicados. Nas considerações finais, apresento as conclusões mais importantes, decorrentes da pesquisa.

2 A POBREZA COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Falar do fenômeno pobreza requer pensar em uma sociedade que, durante os três últimos séculos, passou por grandes transformações nas múltiplas áreas da organização social, sendo uma delas, a organização do trabalho que, por sua vez, está articulada com o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Garcia (2012), não é à toa que este desenvolvimento é denominado como “Terceira Revolução Industrial”, porém, esta, assim como as duas primeiras revoluções, não conseguiu resolver os problemas sociais, inclusive a pobreza e a desigualdade social.

É necessário refletir sobre a noção de “aceleração do desenvolvimento”, pois este termo faz pensar. Conforme nos apresenta Garcia (2012, p. 15):

[...] o desenvolvimento traz consigo a noção de “melhoria da qualidade de vida”; de erradicação de doenças; do fim da fome, do analfabetismo e da violência; da resolução dos problemas causados pelo próprio desenvolvimento, principalmente em relação à destruição do meio ambiente. Enfim, ele traz consigo a noção de “inclusão”.

É certo que não se pode descartar os progressos e tentativas de encontrar saídas para a diminuição do sofrimento humano. No entanto, é importante compreender que, com relação ao problema da pobreza, este sempre foi e ainda é muito grave, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Este fenômeno não pode ser ignorado e deve ser ainda mais estudado, visto que, na atualidade, continua fortemente presente em nossa realidade social.

Com relação à pobreza no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2020), metade da população mundial continua vivendo com menos de US\$ 5,50 por dia. E com a pandemia da Covid-19, cerca de mais de 176 milhões de pessoas encontravam-se na pobreza extrema, agravando ainda mais a situação de mulheres, trabalhadores migrantes e refugiados. Considerando a linha de pobreza em termos de Poder de Paridade de Compra – PPC, com base nos dados disponibilizados pelo Banco mundial (2020 apud IBGE, 2020, p.63), a partir da Taxa de pobreza para a linha de US\$ 5,50 PPC, segundo países de renda média-alta, o Brasil apresenta a 21ª taxa de pobreza mais elevada.

De acordo com o IBGE (2020, p. 64),

O público-alvo potencial do programa Bolsa Família (pessoas com rendimento abaixo de R\$ 178) era de 16,2 milhões de pessoas em 2019. Se tomarmos em consideração a linha recomendada internacionalmente para o Brasil, o total de pobres mais que triplica e supera 51 milhões de pessoas no mesmo ano. Pela linha de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, 29,2% da população brasileira deveria estar cadastrada no CadÚnico do Governo Federal, em 2019. Cabe ainda ressaltar que as linhas de valor mais baixo ainda apontavam, no mesmo ano, para um contingente entre 8,5 milhões e 13,7 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza.

Segundo a OXFAM Brasil (2017), conforme o relatório “A distância que nos une”, seis brasileiros possuíam uma riqueza que equivalia ao patrimônio de 100 milhões dos brasileiros considerados pobres. Os 10% mais pobres do Brasil gastavam 32% da renda com os tributos, já os mesmos 10% mais ricos, gastavam 21%.

Além destes dados já citados acima, é importante ressaltar o perfil das pessoas consideradas pobres no Brasil. Suas características são fundamentais para refletir quem são essas pessoas, levando em conta as questões de gênero, cor ou raça e idade. Considerando as pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita total e a incidência de pobreza e distribuição percentual da população pobre, segundo características selecionadas em 2019 pelo IBGE (BRASIL, 2020), quando se trata das características relacionadas ao gênero, 51,7% das mulheres e 48,1% dos homens fazem parte da distribuição percentual da população pobre no Brasil.

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2020, p. 67), sobre a pobreza a partir do rendimento domiciliar per capita total e a incidência de pobreza e distribuição percentual da população segundo a cor e raça, podemos ver que:

Para a desagregação por cor ou raça, na população total, 56,3% se declarou de cor preta ou parda, em 2019, mas esses eram mais de 70% entre aqueles abaixo das linhas de pobreza utilizadas. Entre os que se declararam de cor ou raça branca, 3,4% eram extremamente pobres e 14,7% eram pobres, mas essas incidências mais que dobravam entre o grupo anterior.

A partir da classificação de gênero e cor/raça, o IBGE (2020) indica que 12,1% dos homens brancos estavam dentro da linha da pobreza, já os homens pretos ou pardos totalizavam 35,5%. Com relação às mulheres consideradas brancas, estas totalizavam 13,3%. Já as mulheres pretas ou pardas eram 38,1%. Desse modo, pode-se perceber a grande discrepância quando se analisa a pobreza a partir desses grupos. Quando se trata da cor/raça já é notável a desigualdade e, quando tratamos da variável “gênero”, a discrepância torna-se ainda mais visível, mostrando uma maior vulnerabilidade em determinados grupos.

Os grupos caracterizados pela idade dentro da linha de pobreza indicam que de 0 a 14 anos, 33,4% eram considerados pobres, de 15 a 29 anos, 26,4%, de 30 a 59 anos 35,5% e de 60 anos ou mais, apenas 4,7% eram pobres, ou seja, os grupos mais atingidos pela pobreza eram o das crianças de 0 a 14 anos e as pessoas de 30 a 59 anos. É importante ressaltar que a expectativa de vida de homens e mulheres negros/as e pobres é baixa no Brasil, logo, esta porcentagem representada na faixa etária de 60 anos ou mais (4,7% de pessoas pobres), deve ser ocasionada

justamente por isso, pelas pessoas negras e pobres, em sua maioria, nem chegarem nesta idade¹. A outra faixa etária de 15 a 29 anos, também reflete uma baixa porcentagem em relação às outras idades, podendo ser justificada também pela grave dimensão do genocídio que as pessoas negras têm enfrentado nos últimos anos, principalmente as mais jovens.²

A pobreza é um fenômeno histórico que não é simples de ser explicado. Tomando-se diferentes perspectivas teórico-políticas, podemos dizer que seu significado expresse, de modo geral, “falta de algo”. Para muitos teóricos que abordam uma perspectiva mais direcionada à dimensão econômica, esta “falta” expressa o não acesso a recursos materiais para a manutenção de vida. Para outros, que partem de uma dimensão política, esta “falta” reflete a ausência de cidadania (GARCIA, 2012).

Dessa forma, trago neste capítulo, a pobreza e, conseqüentemente, as questões da desigualdade social a partir de três perspectivas, sendo elas: a liberal/neoliberal, a socialdemocrata e, por fim, a perspectiva teórica que defendo, qual seja, a marxista.

É necessário compreender minimamente o termo “liberal/neoliberal” para que, em seguida, se possa apresentar a pobreza dentro desta perspectiva. O Liberalismo traz como bandeira a “liberdade, a fraternidade e a igualdade”. No entanto, sua expressão se dá com base na individualidade e no Estado que protege os interesses da burguesia, o que implica entender que essa bandeira tem uma significação prática bem distinta daquilo que o senso comum acaba por assimilar. O Neoliberalismo, por sua vez, expressa uma transição do próprio liberalismo, uma maior adequação às necessidades do capital.

Conforme GARCIA (2012, p. 61), o neoliberalismo

[...] é apontado como uma perspectiva que veio destruir um modelo de organização social representativo dos “anseios humanos”³, que se ergueu inicialmente em alguns países europeus e que deveria ser erguido nos demais países. Este “modelo social” tem como ponto de partida para sua edificação, o socialismo, mas o que lhe deu sustentação, ao final, foi o próprio liberalismo.

De acordo com Garcia (2012), os autores liberais de viés social defendem o capitalismo, mas partem do princípio que, para tratar do problema pobreza, ainda é necessária certa intervenção do Estado. Cita John Kenneth Galbraith como exemplo. Para este autor, existem duas grandes linhas de ataque à pobreza: combater a acomodação, motivando as pessoas a escaparem ao equilíbrio da pobreza e facilitar esse escape. Para o combate à

¹ “O baixo índice de idosos autodeclarados negros no Brasil, nação de maioria preta e parda, indica essa desigualdade. Somente 7,9% das pessoas com mais de 60 anos no país são pretas. Pardos representam 35,3% e brancos 55,1%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/populacao-negra-enfrenta-desafios-para-garantir-longevidade>

² Em relação a população negra, “30.873 jovens, com idade entre 15 e 29 anos, foram mortos. De 2008 a 2018, o índice de mortes dessa parcela da população passou de 53,3 para cada 100 mil jovens, para 60,4. Ainda segundo o Atlas da Violência, do total de óbitos, 55,6% das mortes foram de jovens homens entre 15 e 19 anos.” Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/genocidio-da-juventude-negra/>

³ O modelo de organização social ao qual o autor se refere é o socialdemocrata.

acomodação é necessário que sejam oferecidas alternativas. Por isso, não adiantaria apresentar falsas soluções. Por exemplo, diz que a educação destruiu a acomodação, mas não se reverteu em solução, pois muitos homens e mulheres acabaram se transformando em desempregados educados, continuando a viver na condição de pobreza. Para que isto não aconteça, Galbraith defende que políticas de auxílio deveriam ser implantadas para reforçar a iniciativa de sair da acomodação. Para ele, a primeira coisa a fazer é garantir ampla oportunidade de emprego e não a inatividade forçada. Portanto, a solução para problemas como a pobreza está no desempenho da economia. Nesse sentido, a assistência social não deveria se tornar necessária em função da falta de empregos. Mas, mesmo com a garantia de empregos, o autor defende uma rede de segurança para todos.

Por sua vez, Friedrich August Von Hayek Hayek, apontado por Garcia (2012) como um dos maiores representantes do neoliberalismo, acredita que a solução da pobreza estaria em uma total liberação das forças do mercado e na organização do estado restrito, em que o único direito seria a proteção contra qualquer violência de outrem e certa renda mínima para os/as incapacitados/as para o trabalho. Vemos que, neste caso, a simples condição de desemprego não colocaria uma pessoa na condição de receber auxílio desse Estado restrito. Para este autor, existe uma diferença entre “igualdade perante a lei” e “igualdade material”, sendo estas categorias, conflitantes, sendo possível obter uma ou outra, nunca as duas. O neoliberalismo tem ganhado força, principalmente a partir dos anos de 1960 e tem levado muitos países a desmontarem suas estruturas de bem-estar social, inclusive onde essas estruturas eram mais robustas.

De modo geral, na perspectiva liberal/neoliberal, a pobreza é tratada como uma responsabilidade individual, o mercado é apresentado como *locus* para sua solução, a meritocracia se coloca como princípio e o Estado deve ser restrito, no caso do liberalismo social, e mínimo (para a classe trabalhadora), no caso do neoliberalismo. Com relação à educação, esta perspectiva defende que, por meio dela, será possível a equalização social, considerando o mérito, o esforço pessoal, a vocação, por exemplo.

A Socialdemocracia, inicialmente, tinha a “reforma” como estratégia para a superação do capitalismo, passando, posteriormente, pela própria inconsistência da estratégia, a adotar a perspectiva de “capitalismo humanizado” sustentado pela estrutura do Estado de Bem-Estar Social. Os socialdemocratas não abandonaram os princípios do liberalismo (a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a individualidade, a propriedade, e a democracia), passando a buscar uma “correção” do sistema do capital para construir uma “sociedade justa”. Esta é a perspectiva que tem maior domínio em termos políticos, visto que busca uma correção no interior do

capitalismo, defendendo a ideia de pobreza como um fenômeno social, que deve ser objeto de uma forte ação do Estado. Haddad (1998 apud GARCIA, 2012) afirma que não dá para negar o capitalismo, sendo que a pobreza deve ser enfrentada dentro das fronteiras desse sistema.

Segundo Garcia e Tumolo (2009, p. 113-114),

Os autores social-democratas destacam como causas da pobreza elementos referentes a dimensões individuais e sociais, nacionais e globais, o que também expressa a complexidade do fenômeno. Desemprego; má distribuição de renda; precarização do trabalho e diminuição dos níveis salariais; crescente especialização em termos de capacidade profissional, o que condena muitos a estarem excluídos do mercado de trabalho; subordinação ao imperialismo, o que faz com que algumas regiões não se desenvolvam, permanecendo pobres; falta de um Estado de Bem-Estar social que garanta políticas sociais eficientes e universais; a “globalização excludente”; a falta de cidadania, que por sua vez dá origem à “pobreza política”, calcada na falta de poder do pobre para se libertar dessa condição; a impossibilidade de colocação de todos no mesmo patamar de consumo em função das próprias limitações sócio-ambientais, o que coloca grupos populacionais em condição bem inferior. Todas essas causas são apontadas como estando relacionadas à aplicação do “receituário neoliberal”.

Ao destacarem as soluções apontadas pela socialdemocracia, Garcia e Tumolo (2009, p. 115) sustentam que, nesta perspectiva, o Estado é central e deve atuar

[...] como regulador/dinamizador das políticas econômicas e efetivador de políticas públicas, especialmente, das sociais. Isto simboliza um rompimento com a perspectiva liberal/neoliberal que coloca o mercado como *locus* de resolução dos problemas sociais. Em âmbito nacional, os governos devem propiciar um desenvolvimento econômico, prioritariamente associado à distribuição de renda, indicada como a forma mais rápida de erradicar a pobreza. O resultado desse desenvolvimento econômico seria o aumento da empregabilidade, que por sua vez favoreceria a saída de muitos das linhas de indigência e pobreza.

Como vimos, as políticas de distribuição de renda, de caráter focalizado, as políticas sociais universais e a dinamização da economia para o desenvolvimento de um mercado de trabalho forte estão no centro das defesas feitas pela socialdemocracia para enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais. No que tange à educação, esta perspectiva defende que a contenção à pobreza possa ser realizada a partir das escolas, que acabam por se constituírem como um “espaço” diretamente relacionado às políticas que focam na “erradicação” da pobreza tais como: os programas sociais, como o PBF, as políticas de erradicação do trabalho infantil, entre outras.

No entanto, as proposições feitas pela socialdemocracia, assim como as apresentadas pelo liberalismo/neoliberalismo, se deparam com os limites impostos pela própria lógica do capital. Mesmo que os neoliberais assumam que não há um lugar ao sol para todos/as, os discursos proferidos pelos intelectuais que representam essas perspectivas continuam tratando a pobreza como um problema solucionável, ou pelo menos, controlável, no interior do capitalismo.

Considerando a perspectiva socialdemocrata e sua crítica ao avanço da dinâmica neoliberal, apresento as análises feitas por Lavinias e Gentil (2018) sobre o processo de financeirização e sua implicação para as políticas sociais.

De acordo com Lavinias e Gentil (2018), o setor financeiro tem buscado dominar espaços que são servidos pelo Estado, sendo os principais deles os das áreas da educação, da saúde e da previdência social. Para as autoras, esta conquista do setor financeiro é exercida a partir da ação do Estado, quando este, “[...] reduz ou deteriora sua oferta pública de forma que desestimula a demanda da sociedade e a induz a buscar no mercado aquilo que deveria ser direito” (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 195). Neste sentido, a financeirização atinge diretamente os direitos sociais. Segundo as autoras, “uma das faces mais perversas da dinâmica da financeirização da política social no Brasil é revelada pelos dados de compra de empresas dos setores de saúde e educação por fundos de investimentos e por investidores estrangeiros que atuam no mercado de capitais” (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 202).

As autoras, ao destacarem a massa de investidores estrangeiros que atuam sobre as políticas sociais do Brasil, afirmam que estes não estão preocupados com a qualidade dos serviços, e sim, “[...] interessam-se por dividendos das empresas (caso minoritário) e pela revenda das ações no mercado secundário” (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 202).

Diante disto, entendo que a perspectiva socialdemocrata, quando faz sua crítica ao avanço da dinâmica neoliberal, se refere, principalmente, a esta questão do processo de financeirização que, por sua vez, restringe os direitos (Reforma trabalhista, Reforma da Previdência, Reformas educacionais) e que põe em cena o fim das políticas sociais.

Em uma crítica à perspectiva socialdemocrata, Garcia e Tumolo (2009, p. 116) afirmam que “mesmo que críticas sejam direcionadas ao capitalismo, enquanto sistema de produção e reprodução da vida, há uma aceitação desse modo de produção. O capitalismo passa a ser visto como ‘a ordem’ e não como “uma ordem”. Por isso, é necessário analisar a pobreza a partir de outra perspectiva, visto que as apresentadas se limitam a propor saídas dentro de um sistema que, conforme a própria história mostra, não pode, pela sua dinâmica própria, assimilá-las de modo contínuo e sustentável. Por isso, passo a tratar da análise da pobreza e da desigualdade social a partir da perspectiva marxista.

A perspectiva marxista parte da compreensão que a história humana reflete a história das lutas de classe, conforme afirmam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2002).

A teoria Marxista oferece, a partir da análise da produção e reprodução do capital, um conjunto de conhecimentos para explicar o fenômeno pobreza. Apresento alguns dos elementos

centrais da análise de Marx em relação ao sistema capitalista para refletir, a partir desse ponto de vista, sobre o fenômeno pobreza.

A primeira coisa a pontuar é que Marx entende a pobreza como efeito e condição determinantes do capitalismo, conforme nos aponta Garcia (2012). Outra questão importante destacada pelo autor é o fato de Marx e Engels não entenderem o empobrecimento como um processo linear e progressivo a ser vivenciado pela classe trabalhadora, mas como um processo que poderia levar um grupo de trabalhadores a viver em condições abaixo daquela vivenciada pela sua própria classe. Isto nos permite compreender que a pobreza não se caracteriza apenas como absoluta⁴, mas deve ser analisada, também, como relativa⁵.

O que a história tem mostrado é que, se em alguns países a pobreza relativa foi enfrentada, mas não resolvida, pois não pode sê-lo, isto não se tornou uma realidade global. Ao contrário, ela tem entrado novamente em cena. Por sua vez, a pobreza absoluta, se considerarmos os dados disponibilizados por vários institutos de pesquisa e entidades, tem diminuído. Esta diminuição – que não é regular e nem constante, visto ser conjuntural – tem como justificção principal o estabelecimento da linha de pobreza adotada mundialmente, onde o nível de satisfação exigido para não ser pobre é extremamente baixo em relação à produção social (GARCIA, 2012, p 334).

A pobreza absoluta se caracteriza pelo fato de os/as trabalhadores/as não conseguirem vender sua força de trabalho e, a partir daí, poderem receber o equivalente valor em relação à sua força de trabalho. Também pode ser caracterizada em situações em que a força de trabalho seja vendida, porém abaixo do seu valor, impedindo, da mesma forma, que possa ter acesso ao que é considerado o mínimo necessário para manter a vida. A pobreza relativa, por sua vez, se caracteriza pela comparação do padrão de vida vivenciado pelos membros de uma sociedade. Considerando que Marx afirma que, no capitalismo, em regra, as mercadorias são trocadas pelo seu equivalente de valor, é necessário entender como esse autor define o valor da força de trabalho.

Segundo Marx (1985 apud GARCIA, 2012, p. 342-343) o valor da força de trabalho assim se caracteriza:

Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para

⁴ No que diz respeito à pobreza absoluta no Brasil, os dados disponibilizados pelo IBGE (2020) por classes de rendimento domiciliar per capita, a partir da linha de até é US\$ 5,50 PPC, indicam que, em 2012, o percentual foi de 26,5%, em 2014 diminuiu para 22,8%, em 2018 aumentou para 25,3% e em 2019 diminuiu novamente para 24,7%.

⁵ No caso da pobreza relativa, considerando a utilização do índice de Palma, e tomando como referência o período de 2012 a 2019, o IBGE (2020, p. 53) indica que “[...] em 2019, os 10% com menores rendimentos detinham 0,8% do rendimento domiciliar per capita total, o décimo seguinte (de 10% a 20% da população com menores rendimentos) se apropriava de 2,1% e assim por diante até o último décimo (mais de 90% da população ou os 10% com maiores rendimentos), ao qual correspondia 42,9% nesse mesmo ano. [...] Para o período como um todo, entretanto, observa-se que os 10% com menores rendimentos, embora mantendo uma parcela em torno de 1% do total, perderam 17,5% de participação e o segundo décimo 4,7%. Isso está em contraste com o aumento observado nos demais décimos (queda de apenas 0,2% no último), situação que indica uma piora na desigualdade monetária entre 2012 e 2019.

manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

Isso significa dizer que o valor da força de trabalho deve ser aquele que lhe permite viver em um nível de vida normal, considerando, em especial, o grau de desenvolvimento da sociedade em que vive.

No entanto, Marx faz outra consideração com relação ao valor da força de trabalho. Segundo ele,

o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é o determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensáveis para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor, e ela só pode vegetar e atrofiar-se. Mas o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para que seja fornecida de acordo com sua qualidade normal (MARX, 1985 apud GARCIA, 2012, p. 343)⁶.

Nesse sentido, é possível afirmar que temos dois tipos de pobres, considerando a pobreza absoluta: aqueles/as que estão nessa condição por não conseguirem vender sua força de trabalho e aqueles/as que vendem, mas recebem um salário abaixo do seu valor a ponto de viverem com o mínimo necessário, já que pobres seriam aqueles que não possuem o necessário para viver conforme os padrões exigidos em cada sociedade.

Outro elemento a considerar é a compreensão de Marx sobre a extração da mais-valia. A mais-valia em Marx (1980) expressa o valor excedente que é produzido pelo trabalhador e que é apropriado diretamente pelo capitalista. Esse valor excedente corresponde ao que ultrapassa ao valor da força de trabalho, conforme posto anteriormente. Marx faz uma diferenciação entre a “mais-valia absoluta”, extraída a partir da extensão da jornada de trabalho, e a “mais-valia relativa”, que indica um aumento na produção de mais mercadorias com uma menor ou igual quantidade de tempo, especialmente pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo. Considerando a mais-valia relativa, o valor da força de trabalho diminui tendo em vista que o aumento da produtividade leva a uma diminuição do valor dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, que passam a ser produzidos em menor tempo.

De acordo com Cattani (2007, p. 224), os objetivos do capitalismo:

⁶ Garcia (2012) faz uma observação com relação ao fator de Marx afirmar que se o preço da força de trabalho baixar ao mínimo, baixa também o seu valor, o que seria uma contradição considerando-se a diferença entre valor e preço de uma mercadoria. Para Garcia, “é interessante destacar que, na citação acima, Marx aponta a possibilidade de que a força de trabalho possa ter seu preço rebaixado a ponto de só poder vegetar. Entendo que, quando diz que nesta situação também baixa o valor da força de trabalho, considera que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência fisicamente imprescindíveis é menor, portanto, o valor da força de trabalho também é menor. Neste caso, a mercadoria força de trabalho não teria como ser produzida dentro do nível de qualidade “normal”.

[...] são sempre os mesmos: agenciar as forças produtivas para obter mais-valia; investir, reinvestir para acumular e para obter mais-valia; revolucionar o processo de trabalho para obter mais-valia; produzir mais e mais mercadorias para obter mais-valia e, com isso, mais-poder.

A pobreza não pode ser interpretada de forma linear, pois, se assim fosse, o sistema capitalista já teria entrado em colapso, considerando as análises de Marx. A força de trabalho se diferencia uma da outra, logo, os níveis salariais também, e isto é fundamental para compreender que a pobreza não é linear. É importante ressaltar que o trabalhador vende sua força de trabalho tendo em vista sua liberdade individual e é este processo que faz com que o modo de produção capitalista funcione. Neste sentido, a pobreza está imersa na liberdade e na troca de equivalentes entre capitalista e proletariado. Conforme GARCIA (2012, p. 341),

A força de trabalho só pode aparecer como mercadoria para ser trocada no mercado se for oferecida e vendida como tal pelo seu possuidor. Para tanto, o possuidor da força de trabalho deve dispor dela, deve ser um proprietário livre de sua capacidade de trabalho, conseqüentemente, de sua pessoa. O proprietário da força de trabalho e o possuidor de dinheiro se encontram em relação de igualdade no mercado, sendo que só se diferenciam pelo fato de um se apresentar como vendedor e outro como comprador.

De acordo com Garcia (2012, p.330), “é bem diferente dizer que o vendedor da força de trabalho é pobre porque não é livre e porque a troca da sua força de trabalho por salário é uma troca desigual, do que dizer que a pobreza reina em meio à liberdade e em meio a trocas de equivalentes.” Esta é a lógica do capital, explorar a força de trabalho, acumular riqueza em um polo, sem, no entanto, infringir as regras que lhe dão sustentação. Caso contrário, teríamos que entender que o capitalismo se estrutura no roubo, o que contraria a própria análise que Marx faz do sistema do capital.

Com relação à educação, a perspectiva marxista defende um modelo de educação que faça a crítica ao presente e aponte na direção de uma educação do futuro.

Por isso, entendo que a pobreza é um elemento estrutural do modo de produção capitalista, e a causa dela é a própria lógica do capital. O Estado, a quem a socialdemocracia atribui o papel de eliminar a pobreza a partir do estabelecimento de políticas econômicas e sociais, não pode fazê-lo, visto ser ele, o Estado do capital. Como diz Mészáros (2002, apud Garcia, 2012, p. 375), o Estado é a “estrutura totalizadora de comando político do capital”, não podendo ser vistos separadamente. Para este autor, o sistema do capital é incontrolável, não admitindo medidas que ponham em risco a acumulação que lhe é própria. Logo, a solução da pobreza só seria possível se o próprio sistema capitalista fosse destruído. Para isso, é necessário a construção da consciência de classe e uma revolução com o objetivo de fundar uma “nova

ordem” onde cada um possa oferecer aquilo que é a sua capacidade e receber aquilo que é sua necessidade, como pontua Marx em a Crítica ao Programa de Gotha, conforme Garcia (2012).

3 O FENÔMENO POBREZA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC COM BASE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo, apresento dados e uma análise sobre a pobreza no município de Antônio Carlos/SC. Inicialmente, trago alguns dados sobre este município.

3.1 Um breve histórico sobre o município de Antônio Carlos/SC

A partir dos dados oferecidos pelo site da prefeitura de Antônio Carlos, obtive alguns dados sobre Santa Catarina e este município. Porém, após descrever os dados pesquisados, faço algumas críticas aos mesmos que, de certa forma, nos faz repensar sobre como a história destes locais são contadas diante dos dados disponibilizados.

De acordo o site da prefeitura da cidade⁷, Antônio Carlos está localizado na região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina. Está distante 32 km da capital. O litoral catarinense era habitado pelos índios carijós, que foram encontrados em 1515, pelo português Juan Dias Solis, que dominou o local entre a ilha de Santa Catarina e o continente de “Baía dos perdidos”. Somente em 1637 que Santa Catarina começou a ser povoada por outros grupos com a chegada dos bandeirantes. O município foi criado no dia 6 de novembro de 1963. Seu nome homenageia o estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, um político mineiro que atuou na revolução de 1930. A cidade foi colonizada pelos alemães em 1830, comandados por João Henrique Schöeting. Mas, antes da colonização dos alemães o território era habitado por alguns portugueses e africanos. A maioria dos imigrantes eram do estado alemão de Renânia, Palatinado, principalmente do altiplano Hunsrück.

Com base nestas informações, faço algumas reflexões. Considerando o território catarinense, sabemos que era habitado pelos índios Carijós. Essa população foi encontrada pelo português Juan D. Solis em 1515. O que será que aconteceu com essa população indígena? A história que aprendemos, não só de Santa Catarina, mas sim, de todo o Brasil, é contada, muitas vezes, de uma forma “romantizada”, ou seja, tudo muito natural, mas, na realidade, sabemos que não foi assim que aconteceu. Certamente, estes índios acabaram tendo suas vidas completamente alteradas, e muitos foram exterminados pelos portugueses, de uma forma muito hostil e injusta. Portanto, a história deve ser contada de modo a demonstrar como ela realmente ocorreu, principalmente nas escolas. Quando se aprende sobre a história do Brasil, é importante entender que existiam vidas e pessoas antes mesmo dos portugueses chegarem no país, e que

⁷ Disponível em: <<https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43174>>. Acesso em: 20 set. 2021.

estes dominaram o Brasil de uma forma muito agressiva para com os índios que aqui viviam. Logo é preciso desmentir a história romantizada sobre o Brasil que está presente em muitos locais, inclusive no site da Prefeitura de Antônio Carlos.

Com relação ao nome dado à cidade de Antônio Carlos, cabe analisar o porquê da escolha deste homem, homenageado de “estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade”. No site da prefeitura, isto não é justificado, e não foram encontrados outros documentos que justifiquem a escolha. Mas, a partir de pesquisas sobre quem foi este homem, vemos que o mesmo é descrito como um político que atuou muito na revolução de 1930. Foi um dos aliados da armação da aliança liberal, o golpe de 1930, um movimento liderado, principalmente, pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, para colocar Getúlio Vargas no poder.⁸ Dessa forma, fica como reflexão pensar sobre a importância dada a este homem para a cidade, visto que, sua principal atuação foi no golpe de 1930. Mais uma vez, a história sendo representada de uma forma tão romantizada, até mesmo em suas homenagens feitas com o nome de cidades.

Outra crítica que trago aqui relaciona-se à forma como está descrita a população que, antes da chegada dos alemães, habitava Antônio Carlos/SC, sendo estes os portugueses e os africanos. Certamente, estes portugueses descritos desta forma tão sintetizada no site, são os mesmos que escravizaram os africanos. Por fim, ressalto novamente que as informações disponibilizadas para este estudo sobre a história da cidade, bem como do estado de Santa Catarina, presentes nos sites e demais documentos, não mostram a história como de fato ela foi, e, levo esta reflexão para ser trabalhada e frisada, não somente aqui, mas sim, em minha profissão, como professora, quando for ensinar sobre a história do Brasil. Defendo aqui, a luta para a desmitificar essa história romantizada de nosso país.

Segundo o IBGE (2021) Antônio Carlos possui área territorial de 234,422 km² e uma população estimada de 8.712 pessoas. A população do último censo de 2010 corresponde a 7.458 pessoas. A cidade obtém um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, 0,749, referente ao ano de 2010 (IBGE, 2021) por apresentar um lugar que reflete uma excelente qualidade de vida de sua população⁹.

De acordo com o IBGE (2021), com relação ao trabalho e rendimento da cidade:

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 34 de 295 e 74 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 482 de 5570 e 332 de

⁸ Dados disponibilizados em: <https://www.jornalalemparahyba.com.br/2019/09/24/antonio-carlos-ribeiro-de-andrade/>

⁹ No que tange ao estado, segundo o IBGE, em 2021, Santa Catarina tinha uma população estimada de 7.338.473 pessoas. Já a população do último censo (2010) era de 6.248.436 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, era de 0,774 e o rendimento nominal mensal domiciliar per capita, em 2020, era de R\$1.632,00.

5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 26% da população nessas condições, o que o colocava na posição 182 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5237 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em 2019, o salário mínimo vigente no Brasil era de R\$998,00 e o salário médio dos trabalhadores formais no município era de R\$2.495,00, sendo, à época, o terceiro maior da região da Grande Florianópolis¹⁰.

O PIB per capita¹¹ do município, em 2018, de acordo com o IBGE, era de R\$78.006,01. Conforme os dados disponibilizados por esse Instituto sobre a cidade de Antônio Carlos, foi possível encontrar o Censo de “Amostra de rendimentos” da cidade somente do ano de 2010. A partir disto, destaco os dados em relação a “Classe de rendimento nominal mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade”. No ano de 2010, haviam 1.524 pessoas sem rendimento, 1.256 pessoas com mais de ½ a 1 salário mínimo, 1.759 pessoas com mais de 1 a 2 salários mínimos, 782 pessoas com mais de 2 a 3 salários mínimos, 54 pessoas com mais de 10 a 15 salários mínimos e 34 pessoas com mais de 30 salários mínimos. Considerando os dados disponibilizados, percebi grande discrepância em relação aos salários. Isso mostra o acúmulo de riqueza nas mãos de uma minoria. Os dados sobre classe de rendimentos não permitiram caracterizar as pessoas. Porém, é necessário perguntar: quem são essas pessoas? Quais suas profissões? Sua cor? Isso possibilitaria fazer um recorte mais detalhado a respeito dessa desigualdade.

Também destaco o item que apresenta “O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho, ocupada na semana de referência” caracterizadas por sexo masculino e feminino. O valor do rendimento do sexo masculino era de R\$1.706,52 e do feminino, R\$1.077,52 reais. Ainda há o valor do rendimento a partir da cor ou raça. Das pessoas consideradas amarelas, R\$1.229,53, das pessoas brancas, R\$1.232,78, das pessoas pardas, R\$982,29 e das pessoas consideradas pretas, R\$906,04. Diante destes dados, podemos perceber a grande diferença dos valores de rendimento pelas características de sexo/gênero e, principalmente, por cor ou raça. Mais uma vez, os dados revelam as desigualdades, agora entre os salários de homens e mulheres e entre raças, sendo as pessoas consideradas pardas e pretas as que possuem o menor salário. Vale pensar por que a

¹⁰ Informação disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/antonio-carlos/pesquisa/23/22787?detalhes=true>>. Acesso em: 20 set. 2021.

¹¹ De acordo com o IBGE o “PIB per capita” é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, dividido pela quantidade de habitantes de um país, estado ou cidade. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 14 set. 2021.

cor ainda interfere até mesmo nos valores salariais? Por que as mulheres ganham menos que os homens? Mais uma vez o racismo e o machismo mostram-se presente em nossa sociedade.

Uma das principais características de Antônio Carlos, ainda é a sua força na economia através da agricultura. Pelo menos 80% das famílias antoniocarlenses vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros¹², trabalhando nas zonas rurais da cidade, como agricultores que vendem suas produções para outras pessoas que trabalham na entrega destes alimentos para comércios do estado inteiro, bem como para a venda no CEASA¹³ de Santa Catarina.

Em termos educacionais, com base o ano de 2018, a cidade é caracterizada por obter 96,5% em relação a taxa de escolarização de crianças e jovens de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2021). O Ideb de 2019 corresponde a 7,0. Em 2020 haviam 577 crianças matriculadas na educação infantil, 1432 no ensino fundamental e 511 no ensino médio. Em relação aos docentes no município, haviam 47 profissionais da educação na educação infantil, 67 no ensino fundamental e 27 no ensino médio. Quanto ao número de instituições escolares, o município conta com cinco escolas de ensino infantil, sendo que duas destas se localizam nos bairros/zonas rurais de Rachadel e Usina, e três estão localizadas no centro da cidade. Conta ainda com quatro escolas de ensino fundamental, sendo duas nos bairros/zonas rurais de Rachadel e Santa Maria e duas no centro da cidade. Tem, também, uma escola estadual localizada no centro de Antônio Carlos, que oferece o ensino médio¹⁴. Todas essas escolas são públicas.

3.2 A pobreza no município de Antônio Carlos/SC

A partir dos dados públicos disponibilizados pelo PBF e pelo Cadastro Único do município de Antônio Carlos, podemos chegar no principal tema deste trabalho, qual seja, a pobreza no município e a expressão dessa pobreza na realidade escolar.

O PBF é um programa social, criado pela lei n. 10.689 de 2003, que se caracteriza por ser um programa que transfere renda com condicionalidades¹⁵.

¹² Informação disponível em: <https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/43356> . Acesso em: 20 set. 2021.

¹³ CEASA disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/>

¹⁴ No caso do estado de Santa Catarina, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos iniciais do ensino fundamental era de 6,3 e dos anos finais do ensino fundamental, 4,9 (IBGE, 2019).

¹⁵ As condicionalidades do Programa Bolsa Família se caracterizam como um conjunto de compromissos das famílias e do poder público que devem ser cumpridos para que se receba o benefício da bolsa. Estas condicionalidades abrangem as áreas da educação, saúde e assistência social. Mas este assunto é muito controverso, pois ao mesmo tempo que estas condicionalidades têm como objetivo prover acesso a essas áreas e, no caso específico da educação, inserir estudantes pobres nas escolas, “[...], se constitui em um instrumento que fere a própria condição de sujeito de direito daqueles que se submetem a essa imposição” (GARCIA; YANNOULAS, 2017, p. 21), uma vez que o direito à vida, garantido pelo acesso a direitos básicos, acaba por ser condicionado. Garcia e Yannoulas (2017) apresentam elementos sobre a discussão em torno do assunto.

De acordo com Campello e Neri (2013, p. 13):

O Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais.

A partir deste Programa, é possível ter um panorama da pobreza no município. Para tanto, apresento uma linha histórica dos números da pobreza nesta cidade para, adiante, fazer uma análise dos dados.

Os dados foram coletados nos Relatórios do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, disponibilizados pelo governo federal¹⁶. Os dados serão apresentados em tabelas, conforme segue: **Tabela 1**- Famílias beneficiárias de 2004 a 2021; **Tabela 2** - Quantidade de beneficiários de 6 a 15 anos com perfil de educação; **Tabela 3** - Quantidade de beneficiários de 16 a 17 anos com perfil de educação e; **Tabela 4** - Pessoas em famílias beneficiárias do PBF no ano de 2020 por faixa etária e sexo/gênero. Quanto aos dados do Cadastro Único, apresento-os na **Tabela 5** - Famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único.

Início apresentando os dados relativos ao número de famílias beneficiárias no período 2004-2021, conforme Tabela 1.

Tabela 1- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Antônio Carlos/SC - 2004 a 2021

POR ANOS - 2004/2021	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
2004	79
2005	106
2006	102
2007	89
2008	89
2009	105
2010	89
2011	96
2012	109
2013	92
2014	102
2015	96
2016	97
2017	100
2018	128

¹⁶ BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO NO SEU MUNICÍPIO. Aplicações.mds.gov. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.
PAINÉIS DE MONITORAMENTO. Aplicações.msm.gov: Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

2019	135
2020	133
2021	133

Fonte: Elaborada pela autora com base no site do Bolsa Família e Cadastro Único do seu município. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

Analisando estes dados, é possível identificar o aumento e a diminuição das famílias cadastradas conforme os anos. Neste caso, observamos um aumento na passagem de 2004 para 2005 (79 para 106); de 2008 para 2009 (89 para 105); de 2010 para 2011 (89 para 96); de 2011 para 2012 (96 para 109); de 2013 para 2014 (92 para 102); de 2015 para 2016 (96 para 97); de 2016 para 2017, (97 para 100); de 2017 para 2018 (100 para 128); de 2018 para 2019 (128 para 135). Ocorreu diminuição de 2005 para 2006 (106 para 102); de 2006 para 2007 (102 para 89); de 2009 para 2010 (105 para 89); de 2012 para 2013, (109 para 92); de 2014 para 2015 (102 para 96); de 2019 para 2020 (135 para 133). Na passagem dos anos de 2007 para 2008 (89 famílias) e de 2020 para 2021(133 famílias) não houve variação nos números.

Em função da condicionalidade relativa à educação, é possível conhecer a quantidade de estudantes beneficiários do Programa e que estão matriculados/as em escolas do município. Os dados disponíveis são relativos ao cadastro das crianças e jovens, com perfil de educação, a partir do ano de 2010 até 2019. Primeiro, trago os dados relativos aos/as estudantes de 6 a 15 anos, conforme Tabela 2.

Tabela 2- Quantidade de beneficiários de 6 a 15 anos com perfil de educação no município de Antônio Carlos/SC

POR ANOS - 2010/2019	QUANTIDADE DE CRIANÇAS E JOVENS (6 A 15 ANOS)
2010	152
2011	125
2012	156
2013	136
2014	114
2015	113
2016	101
2017	81
2018	105
2019	121

Fonte: Elaborada pela autora com base no site do Bolsa Família e Cadastro Único do seu município. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

Os dados dos estudantes beneficiários de 6 a 15 anos apresentam oscilações referentes a quantidade cadastrada anualmente. Sendo assim, observamos um aumento nos anos: de 2011

para 2012 (125 para 156); de 2017 para 2018 (81 para 105) e de 2018 para 2019 (105 para 121). Ocorreu diminuição nos anos: de 2010 para 2011 (152 para 125); de 2012 para 2013 (156 para 136); de 2013 para 2014 (136 para 114); de 2014 para 2015 (114 para 113); de 2015 para 2016 (113 para 101); de 2016 para 2017 (101 para 81).

Na Tabela 3, apresento os dados relativos aos/as estudantes de 16 a 17 anos.

Tabela 3 - Quantidade de beneficiários de 16 e 17 anos com perfil de educação no município de Antônio Carlos/SC

POR ANOS - 2010/2019	QUANTIDADE DE JOVENS (16 A 17 ANOS)
2010	10
2011	08
2012	25
2013	31
2014	33
2015	27
2016	22
2017	12
2018	14
2019	27

Fonte: Elaborada pela autora com base no site do Bolsa Família e Cadastro Único do seu município. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

No que diz respeito a quantidade de estudantes de 16 a 17 anos, houve aumento nos anos: de 2017 para 2018 (12 para 14); de 2018 para 2019 (14 para 27) de 2011 para 2012 (08 para 25); de 2012 para 2013 (25 para 31); de 2013 para 2014 (31 para 33). Nos seguintes anos ocorreu a diminuição: de 2010 para 2011 (10 para 08); de 2014 para 2015, (33 para 27); de 2015 para 2016 (27 para 22); de 2016 para 2017 (22 para 12).

Além dos dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3, trago, na Tabela 4, dados sobre a composição das famílias beneficiárias por sexo e idade. Com relação a estes dados, não encontramos um histórico, sendo que apenas os relativos a 2020 estão disponíveis, conforme Tabela 4.

Tabela 4- Pessoas em famílias beneficiárias do PBF no município de Antônio Carlos/SC, - por sexo/gênero e faixa etária - 2020

Faixa etária	Sexo/gênero masculino (quantidade)	Sexo/gênero feminino (quantidade)	Total – pessoas em famílias beneficiárias por faixa etária
0 a 4 anos	23	28	51
5 a 6 anos	16	17	33
7 a 15 anos	66	54	120
16 a 17 anos	13	07	20
18 a 24 anos	18	34	52
25 a 34 anos	19	52	71
35 a 39 anos	09	19	28
40 a 44	04	17	21
45 a 49	10	07	17
50 a 54 anos	05	06	11
55 a 59 anos	02	01	03
60 a 64 anos	01	02	03
Maior que 65	02	01	03

Fonte: Elaborada pela autora com base no site do Bolsa família e Cadastro único do seu município. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

Os dados da Tabela 4 mostram que, em 2020, havia um total de 188 homens e 245 mulheres, correspondendo a 43,42% e 56,58%, respectivamente, considerando as 433 pessoas em famílias cadastradas no PBF. Para o ano de 2021, encontramos dados semelhantes ao ano de 2020 em que houve apenas um aumento de 2 pessoas (435 pessoas em 2021). Vemos também que, considerando a idade, temos uma concentração na faixa de 0 a 34 anos, o que mostra que a pobreza no município atinge, de modo mais contundente, uma faixa etária jovem.

A Tabela 5 traz os dados obtidos no Cadastro Único do Município. Este cadastro é composto por dados das famílias e pessoas cadastradas desde o ano de 2012 até 2021. No entanto, os dados dos anos de 2018 e 2019 não aparecem, conforme registrado na Tabela 5.

Tabela 5- Famílias e pessoas de Antônio Carlos/SC cadastradas no Cadastro Único

Por anos	Famílias (quantidade)	Pessoas (quantidade)
2012	277	1.000
2013	288	1.040
2014	350	1.235
2015	294	1.014
2016	265	910
2017	251	822
2018	-	-
2019	-	-
2020	546	1.475
2021	600	1.591

Fonte: Elaborada pela autora com base no site do Bolsa Família e Cadastro único do seu município. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmgs/bolsafamilia/painel.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

Com base nestes dados, é possível verificar que, conforme os anos passam, a quantidade de famílias e pessoas cadastradas aumenta e diminui. Observamos aumento das famílias na passagem de 2012 para 2013 (277 para 288); de 2013 para 2014 (288 para 350); de 2017 para 2020, (251 para 546, considerando que, para os anos de 2018 e 2019 não constam os dados), e de 2020 para 2021 (546 para 600). Ocorreu diminuição de 2014 para 2015 (350 para 294) e de 2015 para 2016 (265 para 251).

Com relação ao número de pessoas cadastradas, entre os anos de 2012 a 2021, observamos aumento na passagem dos anos de 2012 a 2013 (1.000 para 1.040); de 2013 para 2014 (1.040 para 1.235); de 2017 para 2020 (822 para 1.475, considerando que, para os anos de 2018 e 2019 não constam os dados) e de 2020 para 2021 (1.475 para 1.591). Ocorreu diminuição de 2014 para 2015 (1.235 para 1.014), de 2015 para 2016 (1.014 para 910), e de 2016 para 2017 (910 para 822).

O Cadastro Único conta com uma classificação de “Grupos prioritários”, sendo estes: Famílias indígenas cadastradas; famílias quilombolas; famílias em situação de rua; pertencentes à comunidade de terreiro; famílias ciganas; famílias resgatadas do trabalho análogo à escravidão; famílias de catadores de material reciclável; famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura; famílias de preso do sistema carcerário; famílias de extrativistas; famílias de pescadores artesanais; famílias ribeirinhas; famílias de agricultores familiares; famílias assentadas de reforma agrária; famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e famílias acampadas.

Dentre estes grupos, apenas alguns fazem parte das famílias cadastradas em Antônio Carlos, sendo eles: **Família em situação de rua:** de 2012 a 2016 não havia nenhuma; em 2017, 1 família cadastrada; nos anos de 2018 e 2019 não há dados; em 2020, 12 famílias cadastradas. **Famílias resgatas do trabalho análogo à escravidão:** de 2012 a 2015 nenhuma família cadastrada; em 2016, 1 família; em 2017 e 2020, 3 famílias cadastradas. **Famílias de catadores de material reciclável:** de 2012 a 2017, 1 família cadastrada; em 2020, 4 famílias cadastradas. **Famílias de preso do sistema carcerário:** de 2012 a 2017 nenhuma família; em 2020, 1 família cadastrada. **Famílias de agricultores familiares:** em 2012, 10 famílias; em 2013, 14 famílias; em 2014, 30 famílias; em 2015, 33 famílias; em 2016, 24 famílias; em 2017, 28 famílias e em 2020, 40 famílias cadastradas. **Famílias acampadas:** de 2012 a 2017, nenhuma família cadastrada; em 2020, 1 família cadastradas.

Considerando o ano de 2021, até o mês de agosto havia 133 famílias beneficiárias do PBF, com 435 pessoas diretamente beneficiadas. Nesse mesmo mês, as pessoas cadastradas neste Programa equivaliam a 4% da população total do município. O valor total transferido para estas famílias no mês de agosto foi de R\$14.958,00, e o benefício médio repassado foi de R\$112,47 por família. Lembramos que, para que estas famílias possam ter acesso aos benefícios, é necessário que sejam assumidos alguns compromissos, expressos nas condicionalidades.

Considerando a condicionalidade da educação, no ano de 2019, 148 crianças e adolescentes precisavam ter a frequência escolar acompanhada. Destas, foram acompanhadas 127, o que equivale a 85,81%. Para os anos de 2020 e 2021 não há nenhum dado disponibilizado no site referente ao relatório do Bolsa Família e Cadastro Único da cidade de Antônio Carlos.

Com relação à condicionalidade da saúde, em 2019 havia 280 beneficiários que tinham perfil para serem acompanhados. O público alvo deste acompanhamento são as crianças menores de 7 anos e as mulheres. Apenas 188 beneficiários foram acompanhados nesta condicionalidade, o que corresponde a 67,14%. Com relação ao acompanhamento pela assistência social das famílias que descumprem as condicionalidades, em 2019, 2 famílias estiveram em fase de suspensão.

Além dos dados mais atuais oferecidos pelo PBF, há também os dados do Cadastro Único, que possibilitam o registro das informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no Brasil, sendo essas, as pessoas que possuem renda mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Dessa forma, o governo federal utiliza estes dados para direcionar serviços de programas sociais, como o PBF.

Em Antônio Carlos, no ano de 2021, conforme já dito acima, havia 600 famílias e 1.591 pessoas inseridas no Cadastro Único. No entanto, apenas 133 famílias destas 600 cadastradas no Cadastro Único possuem o benefício do PBF, e das 1.591 pessoas, apenas 435 pessoas eram atendidas.

Considerando os dados apresentados, passo a fazer algumas análises. Os dados da Tabela 1 mostram que entre os anos de 2004 a 2021, houve mais aumentos na quantidade de famílias beneficiárias do PBF do que diminuição. Mas este aumento não se deu de forma progressiva, a cada ano, e sim, oscilou com aumentos e diminuições conforme os anos se passaram. Porém, nos últimos anos Antônio Carlos obteve os maiores números de famílias cadastradas no PBF desde 2004. Em 2018, apresentou 128 famílias cadastradas; logo, em 2019, houve o maior número de famílias, 135 (considerando o período de 2004 até 2021). Em seguida, nos anos de 2020 e 2021 os dados se mantiveram, com 133 famílias. Isto mostra que, mesmo

que os dados de 2004 a 2021 tenham oscilado com aumentos e diminuições, os últimos dados (2018 a 2021) revelaram um aumento de famílias no PBF de Antônio Carlos que nunca antes tinha sido registrado.

Com relação aos anos 2020 e 2021 é necessário tecer algumas considerações. Primeiro, destacar o fato de o número de famílias beneficiárias ter se mantido muito próximo do de 2019, tendo a diminuição de apenas duas famílias. Era de se esperar que esse número tivesse aumentado em função da pandemia de COVID-19 que levou milhares de família a perderem suas rendas em função, principalmente, do desemprego ou da impossibilidade de auferir renda, mesmo que informalmente. No entanto, o fato de que muitas famílias passaram a receber o auxílio emergencial, inclusive as que já recebiam o Bolsa Família, implicou numa diminuição da extrema pobreza e da pobreza no País, principalmente, em 2020 dado o valor pago. Segundo Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), após análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid 19 (Pnad Covid-19) de junho de 2020, o percentual dos/as que viviam com menos de US\$ 1,90 por dia (R\$ 154,00 mensais), correspondente à extrema pobreza, caiu de 4,2% (8,8 milhões de pessoas) para 3,3% (6,9 milhões de pessoas) de maio para junho deste ano. Já os/as que viviam com menos de US\$ 5,50 por dia (R\$ 446,00) mensais, que corresponde à pobreza, caiu de 23,8% para 21,7%¹⁷. Segundo o IBGE (2021, p. 61), em 2020,

[...], a proporção de pobres no País, medida pela linha de US\$ 5,50 por dia, apresentou redução em relação a 2012 (-11,7%) e 2019 (-6,7%) e estabilidade na comparação com 2014. Entre 2019 e 2020, a proporção de pobres se manteve estável nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, denotando que os benefícios emergenciais, de fato, foram importantes na substituição da renda do trabalho em um momento de crise, sendo essa a premissa que permeia a concessão de benefícios de proteção social para o enfrentamento de situações adversas, nas quais o padrão de vida das pessoas pode sofrer rupturas severas e abruptas.

Considerando a linha de US\$5,50, a pobreza que, em 2019, atingia 25,9% da população, passou, em 2020, a atingir 24.1%, o que confirma o impacto dos programas implementados em função da pandemia de COVID 19.

Este auxílio, implementado em abril de 2020, foi pago pelo Governo Federal a todas as famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, desde que a renda per capita fosse inferior a meio salário mínimo¹⁸. Inicialmente, foram pagas parcelas de R\$600,00

¹⁷ Essas informações foram retiradas da matéria intitulada “**Faixa de extrema pobreza é a menor em 40 anos no Brasil**”, publicada no site da Agência Brasil em 28/07/20. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/taxa-de-extrema-pobreza-e-menor-em-40-anos-no-brasil>>. Acesso em 18/10/21.

¹⁸ O auxílio emergencial, criado em abril de 2020 pelo Governo Federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia da covid-19, foi pago em cinco parcelas de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00, valor destinado para mães chefes de família monoparental. Posteriormente, foi estendido até 31 de dezembro de 2020, em até quatro parcelas de R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 cada. Em 2021 foi possibilitada uma nova prorrogação com parcelas de R\$ 150,00 a R\$ 375,00, dependendo do perfil. De modo geral, as pessoas receberiam R\$ 250,00. No caso de família monoparental, chefiada por uma mulher, as parcelas seriam de R\$ 375,00 e, pessoas que moram sozinhas, R\$ 150,00. Disponível em:

considerando os meses de abril a agosto. Posteriormente, foram pagas mais 4 parcelas de R\$300,00 até o final do ano. Em 2021, o valor do auxílio teve uma diminuição, variando de R\$150,00 a R\$375,00 a depender da configuração familiar. Este auxílio foi interrompido em outubro de 2021, sendo que o Governo Federal propôs um novo programa social, denominado “Auxílio Brasil”, que substituiu o PBF. Conforme consta no site do Ministério da Cidadania, o novo Programa foi instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021. O pagamento do Auxílio Brasil iniciou em novembro de 2021. Uma das mudanças se deu com a atualização da linha administrativa da pobreza extrema e da pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza passaram a ser aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$100,00, e as em situação de pobreza, renda familiar mensal per capita entre R\$100,01 e R\$200,00¹⁹.

Cabe destacar que essa atualização pouco modifica a situação da população empobrecida. Afinal, esses valores continuam a girar em torno da linha de US\$1,90 adotada pela Organização das Nações Unidas para definir pessoas em pobreza extrema em escala global, bem longe da recomendada pelo Banco Mundial, a partir de 2011, para países no nível de desenvolvimento do Brasil, ou seja US\$5,50. No entanto, as tratativas para a implementação deste “novo” programa ainda estavam incertas até o fechamento deste TCC, principalmente no que diz respeito ao número de famílias que poderiam receber o auxílio.

Considerando que muitas famílias que não estavam recebendo o benefício do PBF, em função da sua condição de empobrecimento, passaram a receber o auxílio emergencial, a diminuição do valor em 2021 implicou em um novo aumento da pobreza. É provável que os números para os próximos anos aumentem substancialmente, visto que a Pandemia de COVID-19 causou um aumento, também substancial, no desemprego²⁰. Segundo o IBGE, no segundo trimestre de 2021, o Brasil contava com 14,1% da população em idade para trabalhar, desempregada. No primeiro trimestre chegou a 14,6%²¹. Considerando, também, que as expectativas de crescimento econômico não são alentadoras, os níveis de desemprego devem se manter altos.

Diferentemente, os dados relacionados aos estudantes beneficiários do programa (tabela 2) mostram que, na faixa etária de 6 a 15 anos, nos anos de 2010 a 2019, na maioria dos

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/governo-prorroga-auxilio-emergencial-por-mais-tres-meses>>. Acesso em: 18 out. 2021.

¹⁹ Para maiores informações, ver: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁰ De acordo com o IBGE (2021, p. 17), “[...] a desocupação e a subutilização que aparentemente estavam se consolidando em patamares elevados após a crise de 2015-2016, cresceram ainda mais em 2020, alcançando, respectivamente, 13,8% e 28,3%. Por outro lado, o nível de ocupação, com o impacto da pandemia de COVID-19 na economia brasileira em 2020, declinou substancialmente e registrou, pela primeira vez, nível muito próximo a 50%. Dessa forma, quase a metade da população em idade de trabalhar estava desocupada ou fora da força de trabalho em 2020.”

²¹ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 18 out. 2021.

casos, houve uma diminuição. O ano de 2012 registra o maior número de estudantes (156 beneficiários). A partir de 2013 até 2017 os dados diminuíram a cada ano que passava, voltando a aumentar em 2018, porém, não ultrapassou os dados de 2012. Os registros mostram 105 estudantes em 2018 e 121 em 2019. É possível concluir que esta diminuição e o posterior aumento, se deva ao fato de que alguns beneficiários tenham saído dessa faixa etária e outros entrado. Os dados relativos à faixa etária de 16 a 17 anos reforçam essa análise, visto que, neste caso, houve mais aumentos do que diminuições. O maior número de jovens estudantes registrados durante os anos de 2010 a 2019, foi em 2014 com 33 estudantes. A partir de 2014 em diante, os dados diminuíram até 2018, e, em 2019 teve novamente outro aumento, com 27 estudantes, mas que ainda não ultrapassou 2014. Da mesma forma, podemos inferir que a diminuição se deveu ao fato de muitos terem completado 18 anos, saindo do cadastro, bem como que essa flutuação esteja relacionada à flutuação no número de famílias atendidas.

Considerando os dados das pessoas beneficiárias do PBF (tabela 4), relativos ao ano de 2020, conclui-se que há mais mulheres beneficiárias do que homens, sendo 245 contra 188 homens, respectivamente, considerando um total de 433 pessoas. Além disso, dentre essas pessoas podemos ver que maior parte está na faixa de 0 a 34 anos. Isto indica que a pobreza em Antônio Carlos atinge, principalmente, pessoas jovens e que, possivelmente, há muitas famílias chefiadas por mulheres mães.

Com relação aos dados das famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único da cidade (tabela 5), vemos que nos anos de 2012 a 2021, houve mais aumentos do que diminuições. Os anos que mais tiveram famílias e pessoas cadastradas foi em 2020 (546 famílias e 1475 pessoas) e 2021 (600 famílias e 1591 pessoas). Aqui, podemos inferir que este aumento pode ter sido causado pela pandemia da Covid-19, iniciada em 2020 no Brasil e que ocasionou um aumento no número de desempregados no país inteiro.

Considerando os grupos prioritários apresentados anteriormente, constatamos que o que mais possui famílias cadastradas é o das famílias de agricultores familiares. Em 2012 eram 10 famílias cadastradas e em 2020, 40 famílias. Este aumento também ocorre no ano da pandemia, o que faz pensar na mesma causa dos aumentos das famílias e pessoas em geral, já que esta cidade possui 80% das famílias ainda vivendo da produção de hortifrutigranjeiros e, certamente, tiveram sua economia atingida pela pandemia.

Apesar de ter buscado informações nas Secretarias de Educação e de Assistência Social de Antônio Carlos, não encontramos documentos que explicassem o porquê destas alterações que ocorrem anualmente, relativas ao aumento e à diminuição dos dados em relação as famílias/estudantes/e pessoas em geral beneficiárias do PBF e também no Cadastro Único

da cidade. Também cabe destacar a dificuldade de trabalhar com os dados, principalmente quando não encontramos explicações claras sobre eles, a exemplo dos relacionados à flutuação no número de famílias beneficiárias e, em específico, dos/as estudantes alvos da condicionalidade em educação.

No entanto, esses dados possibilitam pensar sobre a pobreza no município de Antônio Carlos/SC, e também a importância do PBF para estas famílias, homens, mulheres, crianças, jovens que necessitam de um auxílio econômico para sobreviverem. Também vemos a importância do Programa para que as crianças e jovens permaneçam nas escolas, mesmo que, por muitas vezes, passem por muitos desafios para conseguirem estudar.

Ao mesmo tempo, vemos que a pobreza descrita se insere em um município com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, conforme o Censo de 2010 e que, em termos de trabalho e rendimento, em 2019, ocupava posições de destaque quando comparada com os demais municípios do estado e do país, conforme o IBGE (2021), como posto anteriormente. Esse fato reforça as posições assumidas quando tratamos do referencial teórico apresentado no capítulo I. Ou seja, a pobreza persiste mesmo em espaços onde, “aparentemente”, poderia ser “suplantada”. Se não é, temos que dar visibilidade aos motivos que a fazem persistir. Como a pobreza se manteve mesmo nos momentos de maior prosperidade econômica em todos os países do mundo, e aumenta substancialmente em momentos de crise, resta concluir que, no capitalismo, ela não pode ser reduzida de modo sustentável, muito menos ser erradicada. Neste sentido, também é fundamental que continuemos a mostrar os limites do capitalismo para proporcionar uma condição de vida digna para todos/as e continuarmos na luta para a construção de outra ordem social onde isto seja realmente possível.

Essa conclusão não nos leva a negar a importância das políticas sociais e, em particular, das políticas de transferência de renda no alívio à pobreza. Ao contrário, nessa ordem social, são essas políticas que ainda podem fazer alguma diferença para essa população empobrecida. Também, como posto anteriormente, a educação é uma das políticas mais destacadas pelos autores liberais/neoliberais e socialdemocratas quando tratam das soluções para a pobreza. Mesmo tendo clareza de que a educação, ainda que em conjunto com outras políticas, não pode dar conta de resolver o problema da pobreza, a defesa ao acesso e permanência de todos/as a ela e às demais políticas sociais, deve ser incondicional.

Em função da condicionalidade educacional, o PBF acaba por aumentar a matrícula e a permanência de crianças e jovens nas escolas. Independente da crítica feita em função de isto acontecer por uma condicionalidade quando deveria ser resultado de um direito já estabelecido,

não podemos negar que, de certo modo, haja ganhos para essa população empobrecida. Por isso, no próximo capítulo, será apresentada uma reflexão teórica sobre os benefícios e sobre os limites do PBF para as crianças e jovens beneficiários.

4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Nesta seção serão apresentados os aspectos positivos e os limites do PBF na vida escolar de crianças, adolescentes e jovens beneficiados. Também serão apontados elementos sobre a importância da existência de programas sociais, como o PBF para pessoas pobres e extremamente pobres. Para tanto, foi feita uma pesquisa na produção científica, publicada no Google Acadêmico, que trata dos efeitos do PBF na vida escolar. Observei uma multiplicidade de publicações sobre o assunto, principalmente estudos de casos de escolas ou de municípios. Não objetivo fazer um balanço dessa produção científica, mas apenas trazer elementos que possibilitem apresentar a discussão que vem ocorrendo. Por isso, me vali apenas de alguns estudos. No caso dessa pesquisa, não foi possível acessar dados que tratam de retenção e rendimento e abandono escolar de beneficiários/as do PBF no município de Antônio Carlos, visto não estarem disponíveis. No entanto, quanto a frequência escolar, como já posto anteriormente, no ano de 2019, 148 crianças e adolescentes precisavam ter a frequência escolar acompanhada. Do total, foram acompanhadas 127 (85,81%). Também não foi possível acessar aos motivos do não acompanhamento dos 21 (14,19%) restantes. Utilizamos os dados de 2019 visto que, para os anos de 2020 e 2021, não há nenhum dado disponível.

O PBF não impacta somente na possibilidade de maior acesso a elementos necessários para a manutenção da vida, mas, também, em outros aspectos da vida, em especial, na educação. Este impacto pode dar-se de várias formas: Na diminuição do abandono escolar, do trabalho infantil²², da repetência, afetando diretamente o desempenho escolar. Sabemos que a pobreza faz com que os estudantes, desde cedo, se vejam obrigados a contribuir com o sustento da família, o que acaba interferindo diretamente no tempo para desempenhar as tarefas escolares e, em muitos casos, levando ao abandono escolar.

Como já posto anteriormente, o Programa Bolsa Família impõe condicionalidades para que as pessoas tenham acesso ao benefício. A condicionalidade educacional é caracterizada pelo cumprimento de uma frequência escolar mínima mensal de 85% para crianças de 6 a 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Ao pensar que os beneficiários possuem uma condição referente à frequência escolar para que possam receber a bolsa, podemos refletir sobre o por que estes sujeitos devem frequentar a escolar como uma “condição” e não como um direito, sendo que a educação já é um direito universal, para todas as pessoas no Brasil.

²² “Ainda que o Bolsa Família não seja um programa diretamente relacionado à erradicação do trabalho infantil, contribui de maneira significativa, pois exige a frequência escolar como condição para a sua obtenção, frequência esta que ocupará o tempo da criança e do adolescente, dificultando a realização do trabalho por este” (GOMES, 2018, p. 24).

De acordo com Teles e Stein (2013, p. 199):

Cabe a reflexão de que, no contexto do PBF, o direito à educação é metamorfoseado em condicionalidade para acesso e permanência aos benefícios do programa em uma perspectiva de que os beneficiários parecem ter algo a pagar. Exemplo disso é a comprovação da frequência escolar superior ao exigido a outros estudantes no Brasil, ou seja, enquanto estudantes beneficiários do PBF, entre 6 e 15 anos, precisam comprovar 85% de frequência, os demais estudantes bastam seguir o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: é necessária a frequência mínima de 75% como um dos critérios para aprovação. Acredita-se que, além de outras condicionalidades, a frequência escolar é um bom indicador para a permanência no PBF, desconsiderando o aprendizado, a qualidade do ensino e as pressões a que professoras e professores são submetidos no cotidiano profissional em relação à decisão sobre o registro de faltas dos/as beneficiários/as do programa.

Desta forma, esta condição parece ter um caráter muito contraditório, pois, através dela, torna-se perceptível uma distinção dos sujeitos considerados pobres dos não pobres. Além do mais, como citado pelos autores acima, cobra-se a frequência, porém não consideram o aprendizado destes sujeitos, como também a qualidade do ensino. Com isto, verificamos uma forte prioridade quantitativa (frequência dos beneficiários) em relação à qualitativa (qualidade do ensino que está sendo oferecido). Isto não significa defender que o acesso ao benefício deva estar, também, vinculado ao rendimento escolar, mas que é necessário prover as condições para que os/as estudantes possam ter um melhor rendimento e não apenas estarem frequentando a escola.

Contudo, é importante que este assunto seja levantado neste trabalho para que se possa ter o entendimento de que o tema das condicionalidades do PBF é muito controverso e que este viola os direitos dos sujeitos, dando a noção de que a responsabilidade diante da “erradicação” da pobreza esteja nas mãos dos/as próprios/as beneficiários/as que já fazem parte da PBF. Sendo assim, cabe a eles/as cumprirem estas condicionalidades ou não, para que assim possam “sair” da condição de pobres. Neste caso, a pobreza não é tomada como um problema decorrente do próprio capitalismo. Logo, a compreensão dos direitos, defendida por nós, é que eles devem ser respeitados e garantidos, não condicionados.

Considerando o conjunto de artigos lidos sobre as questões que envolvem o PBF na trajetória escolar dos/as estudantes, percebi que, na maioria deles, a frequência escolar foi o assunto em destaque. A frequência escolar acaba por ser relacionada à repetência, ao rendimento e ao abandono escolar.

É importante ressaltar que, quando se trata do assunto “repetência e desempenho escolar”, devemos levar em conta que estes temas são muito complexos, pois, ao descrever os dados, podemos ter uma compreensão de que a culpa da repetência e do desempenho venha a ser somente do/a estudante. Por isso, é necessário entender que estes aspectos envolvem vários

fatores sociais, tanto nos espaços internos (como dentro da escola, inclusive uma educação que não oferece a qualidade suficiente para uma aprendizagem significativa), quanto externos, relacionados, principalmente, às condições familiares e acesso a serviços públicos de várias áreas.

Portanto nesta pesquisa, ao identificar os dados, levei em conta este argumento descrito acima. Dessa forma, o intuito é apresentar as evidências a partir de pesquisas já feitas, destacando os aspectos positivos e os limites do Programa Bolsa Família relacionados à vida escolar.

Gonçalves, Menicucci e Amaral (2017, p. 775), ao tratarem da condicionalidade de frequência escolar, afirmam que “[...] crianças residentes em domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família possuem menores chances de apresentar distorção idade-série, pois devem frequentar a escola regularmente para manter o benefício”.

Oliveira e Soares (2013), ao tratarem sobre o impacto do PBF na vida escolar, utilizaram os dados do Cadastro Único, do Projeto Frequência²³ e do Censo Escolar. Analisaram a situação de estudantes não beneficiários, mas que faziam parte do Cadastro Único e dos beneficiários, e concluíram que:

[...] nota-se que o aluno participante do programa possui uma probabilidade de repetência cerca de 11% menor do que os demais. Ou seja, o programa tem um impacto significativo sobre a progressão das crianças, embora o mesmo seja relativamente modesto. Ao simular a probabilidade de repetência predita, encontra-se 14,6% para não beneficiários pertencentes ao CadÚnico, contra 13,2% para beneficiários (OLIVEIRA; SOARES, 2013, p. 20).

Além destes dados, Oliveira e Soares (2013, p. 21), também verificaram que “[...] a frequência à escola, indica que alunos que cumprem a condicionalidade de frequência possuem chances até 40% menores de repetência do que aqueles que não cumprem. ”

Com base nos aspectos positivos diante da condicionalidade da frequência escolar no que tange à repetência, era de se esperar o mesmo com relação ao desempenho escolar. No entanto, quando esse aspecto é tratado, vemos que o impacto acaba sendo pouco expressivo.

Souto (2016), em seu trabalho de conclusão de curso, buscou analisar se a frequência escolar condicionada pelo PBF também afeta no rendimento escolar dos estudantes de um município, identificando que essa condicionalidade não é determinante para que o desempenho do/a estudante seja totalmente positivo, mas que não deixa de contribuir para isto. Ela prova isto a partir de uma pesquisa feita com dois alunos de escolas diferentes do município

²³ Este nome “Projeto Frequência” mencionado pelos autores Oliveira e Soares (2013), refere-se ao “Sistema Presença” criado para acompanhar a frequência dos sujeitos beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo este o termo apropriado.

pesquisado. Com relação à frequência escolar e ao desempenho destes alunos foi identificado por Souto (2016, p. 11) que:

No primeiro caso ela foi determinante para a melhora do desempenho do aluno A-1, pois o mesmo faltava muito e perdeu muitos conteúdos, sendo difícil acompanhar a turma, e ao passo que ingressou ao Programa Bolsa Família e que teve sua frequência garantida, seu desenvolvimento melhorou consideravelmente. O Programa não só contribuiu para ofertar a frequência do aluno, como a melhora na qualidade de vida da família como um todo.

Já no caso do outro estudante caracterizado como A – 2:

[...] o mesmo nunca apresentou problemas com faltas, mas seu rendimento ficou estagnado na maioria das disciplinas, em Português e Matemática caiu ficando de exame e neste ano de 2016 nos dois primeiros bimestres apresentou notas baixas, ou seja, a obrigatoriedade da frequência neste caso não alterou em nada o desenvolvimento do aluno, já que o mesmo não havia problemas com falta.

Gonçalves, Menicucci e Amaral (2017) afirmam que as escolas brasileiras oferecem uma grande diferença de qualidade em relação às redes de escolas, umas se caracterizam por serem escolas de qualidade, já outras não se pode dizer a mesma coisa, sendo totalmente precárias. Logo, este fator também interfere no desempenho escolar dos sujeitos, pois estes dependem de um espaço escolar que ofereça qualidade e possibilidades educativas efetivas.

Estudos realizados por Brandão, Pereira e Dalt (2013) mostram que o Programa Bolsa Família contribui para a diminuição do abandono e evasão escolar e também para o aumento da frequência dos estudantes beneficiários. No entanto, a partir de entrevistas feitas pelos autores e autoras com vários/as integrantes da educação das regiões do Brasil, identificaram que, na opinião destes/as, o PBF não ajudou para a melhoria do desempenho escolar das crianças e adolescentes das escolas.

Conforme Santos *et al* (2019, p. 2243) em pesquisa realizada sobre os indicadores educacionais de beneficiários do PBF,

[...] a defasagem se relaciona com múltiplos determinantes, de fatores ligados às próprias crianças bem como as características da família e da escola. O foco de atuação de políticas públicas não se deve atrelar ao combate à reprovação, inclusive porque nem toda reprovação se dá por causas pedagógicas. Regularizar o tempo de permanência do aluno em sala pode não ser suficiente para aumentar o desempenho e pode tornar-se inútil face o baixo nível de aprendizagem que a repetência é incapaz de alterar.

No que diz respeito aos problemas ressaltados aqui, como a repetência, a frequência e abandono escolar, podemos notar que, de modo geral, a produção científica indica que o PBF contribui para diminuição desses fatores, sendo que o menor impacto está relacionado ao rendimento escolar dos/as estudantes. Não encontrei muitas evidências de que a condicionalidade referente a educação dê conta de enfrentar esta questão. No entanto, não podemos negar que a presença pode e deve favorecer um maior e melhor aprendizado.

Entendo que este programa social se torna muito importante na vida das famílias e, principalmente, das crianças, adolescentes e jovens que estão imersos nas escolas. Mas, apenas este programa não é suficiente para resolver os grandes desafios encontrados no contexto escolar em relação às pessoas consideradas pobres/extremamente pobres, principalmente no que diz respeito ao desempenho escolar.

Não podemos desprezar o trato dado à educação pelos diversos governos, considerando aqui o período pós Constituição de 1988. Se tivemos alguns avanços, esses não redundaram em uma mudança substantiva do contexto educacional do País. Vemos hoje uma quase universalização do Ensino Fundamental, considerando as matrículas, mas ainda temos problemas de acesso e permanência, e problemas ainda mais graves quando se trata do Ensino Médio. Garcia e Yannoulas (2017, p. 31), ao tratarem da relação educação e pobreza, afirmam que essa universalidade pode ser tensionada “[...], uma vez que foi garantido o acesso da população pobre à escola, sem, no entanto, serem oferecidas as condições necessárias para sua permanência e aprendizagem com qualidade.” Neste sentido, se os investimentos insuficientes em educação afetam o conjunto de estudantes como um todo, aqueles/as que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema são ainda mais prejudicados. Esses/as estudantes têm sido inviabilizados quanto a sua condição, mesmo que no âmbito do planejamento do Estado e, especificamente, de políticas educacionais, essa pobreza figure.

Isso pode ser visto no trabalho de Garcia e Hillesheim (2017). Os autores fazem uma análise dos Planos Plurianuais (PPAs - no período de 2004 a 2015) e dos Planos Nacionais de Educação (PNEs 2001-2010 e 2014-2024). Segundo os autores, o PNE de 2014-2024, por exemplo, se refere a uma necessária articulação entre a política educacional e outras políticas sociais, “[...] como uma importante estratégia para o enfrentamento da pobreza. Nele destaca-se a defesa de ações que possam garantir, especialmente, o acesso e a permanência na educação de estudantes oriundos das famílias beneficiária dos programas de transferência de renda [...]” GARCIA; HELLESHEIM, 2017, p.135).

Segundo os autores, apesar de ser possível identificar iniciativas importantes que resultaram em avanços na área social, comparando-se os governos petistas com os anteriores,

[...] é preciso ter presente que o sistema de produção e reprodução do capital impõe limites a qualquer política que pretenda ampliar os processos de redistribuição da riqueza, haja vista que o objetivo essencial do capital é a acumulação. Além disso, é necessário levar em conta que o Estado capitalista não pode, por sua própria razão de existência, desenvolver políticas de enfrentamento da questão social de forma duradoura, pois constitui um complexo parcial que integra o complexo mais amplo, gerador dos próprios processos que pretende combater (GARCIA; HELLESHEIM, 2017, p.145).

Para eles, as proposições constantes nos PPAs e PNEs para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades educacionais “[...] configuram uma forma de dissimular um fato incontestável: a incontornabilidade do sistema do capital” (GARCIA; HELLESHEIM, 2017, p.145).

Dessa forma, é fundamental tratarmos de questões que envolvam uma educação de qualidade que seja capaz de proporcionar um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os/as estudantes.

Como já visto, o PBF a partir da sua condicionalidade referente a educação, é tomado como uma forma de reforçar o direito dos sujeitos de estarem na escola com base na exigência da frequência escolar para garantia da bolsa. Porém, precisamos destacar a importância de uma educação cujo currículo escolar contemple a análise da realidade social, e a condição de pobreza de modo específico, ou seja, um currículo que possa oferecer uma identificação com a realidade destes sujeitos.

Desta maneira, é função da escola, dos professores, oferecerem aos estudantes um currículo que trabalhe de uma forma que contemple a realidade de todos/as os/as estudantes, pois, o espaço escolar, é caracterizado por diferentes sujeitos que vivem em diferentes contextos sociais. Os/as beneficiários/as do Programa Bolsa Família fazem parte de uma realidade muito difícil e desafiadora, e por vários motivos são levados ao fracasso escolar, pois o direito de estar na escola não significa que estes possuem o mesmo “ponto de partida” daqueles que estão inseridos em uma classe social cuja condição material e simbólica seja bem mais favorável.

Sendo assim, além de pensar em um currículo que converse com as diferentes realidades, é importante valorizar os conhecimentos direcionados à crítica da sociedade, ou seja, dar oportunidades para que os estudantes possam refletir sobre as questões que envolvem a discriminação social, o racismo e os demais assuntos que englobam as questões de discriminação.

Podemos concluir que a existência de programas sociais, a exemplo do PBF, torna-se fundamental para os indivíduos considerados pobres ou extremamente pobres. No entanto, sabemos que nem este, nem a escola por si só são capazes de erradicar a pobreza, porém, são muito importantes para a vida de todas estas pessoas. A escola e o programa social seriam mais potentes se juntos fossem trabalhados de uma forma que visassem a qualidade da educação, em que, de fato, pudessem interferir significativamente no desempenho escolar dos estudantes, indo para além das preocupações relacionadas à frequência escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, abordei a pobreza como um fenômeno real e como uma categoria teórica. Teoricamente, tomando por base a concepção que defende a pobreza como um elemento estrutural do modo de produção capitalista, qual seja, a teoria marxista. Com base nesta perspectiva, compreendo que a pobreza não pode ser erradicada dentro do sistema capitalista, pois ela é caracterizada por ser efeito e condição do capitalismo, assim como Marx compreende. Dessa forma, a erradicação da pobreza não pode se dar por meio de soluções, frequentemente, apontadas, como o desenvolvimento econômico, a empregabilidade, a oferta de políticas públicas, dentre elas a educação, entre outras. É necessário lembrar que todas essas soluções podem, no máximo, em determinadas conjunturas, levar a um controle ou mesmo a uma diminuição da pobreza e das desigualdades, considerando as linhas de pobreza adotadas no Brasil e no mundo, sempre extremamente baixas. No centro dessas soluções, defendidas, mais particularmente, por autores/as de matriz socialdemocrata, está o Estado, tomado como elemento de controle do capital. No entanto, o Estado é parte constitutiva do sistema social, tendo por papel prioritário, proteger os interesses da classe dominante. Sendo assim, o fim da pobreza só será possível se o próprio sistema capitalista for destruído.

Concluo, também, considerando o principal foco deste trabalho, qual seja, investigar a pobreza no município de Antônio Carlos/SC a partir de dados do PBF, que entre os anos de 2004 e 2021, houveram um relevante aumento de números de cadastrados e beneficiados do PBF em todo o período analisado, onde em duas décadas passou de 79 a 133 famílias beneficiárias, por exemplo. E que estes, mesmo havendo mais aumentos do que diminuições, não se deram progressivamente e sim, oscilaram conforme os anos se passavam, sendo que os maiores aumentos no número de famílias pobres se deram entre 2018 e 2021.

Já, com base nos dados dos/as estudantes beneficiários/as e considerando os anos de 2010 a 2019, a pesquisa mostrou que ocorreram mais diminuições do que aumentos dos estudantes de 6 a 15 anos de idade. O ano que mais teve estudantes beneficiários/as nesta faixa etária foi 2012, com 156 beneficiários. A hipótese é que as diminuições ocorridas no número de estudantes de 6 a 15 anos se deu pelo fato de que alguns/as deles/as tenham saído dessa faixa etária, visto que os dados dos/as estudantes de 16 a 17 anos apresentam mais aumentos do que diminuições. As diminuições, portanto, podem ter ocorrido pelo fato de muitos/as estudantes terem completado 18 anos, saindo, então, do cadastro do PBF, ou então, pode estar relacionada à flutuação no número de famílias atendidas.

A partir dos dados das pessoas beneficiárias do PBF no ano de 2020, percebi que a pobreza em Antônio Carlos/SC atinge principalmente as pessoas jovens, pois, a maior parte está na faixa etária de 0 a 34 anos. Dentre estas pessoas, há mais mulheres do que homens (245 contra 188 homens) totalizando 433 pessoas, como já mostrado neste trabalho. Considerando os dados das famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único da cidade, desde 2012, vi que os maiores números apresentados são relativos aos anos de 2020 (546 famílias e 1475 pessoas) e 2021 (600 famílias e 1561 pessoas). É importante ressaltar a quantidade de pessoas cadastradas (1.561) num município de 8 mil pessoas. Este dado é bem relevante, pois representa em torno de 18% do total. Já os/as beneficiários/as do PBF são apenas 435 pessoas o que equivale a 4%. Logo, grande parte destas pessoas não estão recebendo o benefício. Este aumento pode ter sido causado pela pandemia da Covid-19, que teve início em 2020 e que resultou em um maior número de desempregados no Brasil.

Com relação aos dados dos grupos prioritários, vi que o maior número de famílias cadastradas é o das famílias de agricultores familiares, sendo que em 2012 eram 10 famílias e em 2020, 40 famílias. Este aumento também pode ter sido ocasionado pela pandemia, já que a cidade possui a maioria das famílias vivendo da produção de hortifrutigranjeiros. Isto mostra a fragilidade dessas famílias que, de modo geral, estão sempre próximas à linha de pobreza. Neste caso, qualquer situação econômica ou ambiental desfavorável, pode levá-las a esta situação.

É importante destacar novamente que todos os dados pesquisados na Secretaria de Educação e da Assistência Social não possibilitaram a explicação do porquê destas flutuações no número de famílias beneficiárias e, principalmente, dos/as estudantes alvos da condicionalidade em educação. Dessa forma, concluo que mesmo sendo um município com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, de 0,749, referente ao Censo de 2010, e também ocupando posições de destaque, em 2019, no que tange a trabalho e rendimento, conforme o IBGE (2021), que a pobreza ainda persiste neste espaço.

Com isso, resta frisar novamente que no capitalismo, a pobreza sempre se fará presente, independente dos dados serem positivos ou negativos, dos lugares, “aparentemente”, serem indicados em posições relevantes no que diz respeito à economia, por exemplo. Portanto, as contradições da sociedade marcada pela pobreza se faz presente no município de Antônio Carlos, assim como ocorre no mundo todo.

No que diz respeito às pesquisas feitas sobre os efeitos do PBF na vida das crianças, adolescentes e jovens em geral, percebi que o principal assunto abordado como aspecto positivo do PBF nas pesquisas, apresentadas na seção 3, foi a frequência escolar dos/as estudantes. Diante disto, sentimos falta de dados disponíveis e pesquisas já feitas referentes ao

acompanhamento escolar, bem como ao desempenho escolar dos sujeitos, para que assim pudesse apresentar, neste trabalho, os efeitos mais aprofundados do PBF na vida escolar dos/as estudantes beneficiários.

Por fim, fica a certeza de que ainda há muito a ser estudado e aprofundado sobre a relação educação e pobreza. Por meio desta pesquisa e de todo o conhecimento adquirido, percebi o quanto este assunto é complexo e merece ser ainda mais estudado. Dessa forma, os estudos voltados para a pobreza no município de Antônio Carlos se fizeram muito importantes para a compreensão da cidade em que moro e que, certamente, servirão no momento em que vier a atuar na educação, o que é desejado e esperado após a formação. Compreender esta realidade tão contraditória que se faz presente em Antônio Carlos, é fundamental. Certamente, a compreensão desta sociedade me faz querer lutar e defender uma educação de qualidade que permita oferecer aos/as estudantes o que deles/as é de direito, sempre visando colaborar para desenvolver senso crítico que leve à compreensão do sistema capitalista e à necessidade de superação desta forma social.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de C.; DALT, Salette da. **Programa Bolsa família: percepções no cotidiano da escola.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro/UFF, n.38, p. 215-232, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14312> Acesso em: 14 nov. 2021.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortez (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013. 502 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20408 Acesso em: 18 ago. 2021.
- CATTANI, Antonio David. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio D. (orgs.) **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 211-238. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/> Acesso em: 07 abr. 2020.
- D'AGOSTINI, Adriana; VENDRAMINI, Regina Célia; MARCASSA, Pedrosa Luciana; DALMAGRO, Sandra; CONDE, Franzoni Soraya. Desigualdades sociais e escolares: infância e juventude nas voltas que o mundo dá. In: GARCIA, Adir Valdemar et al (org.) **Reflexões sobre a pobreza: educação e assistência.** Florianópolis: Copiart, 2017. Cap. 3. p. 101 - 151.
- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci.** Interface - Comunic. Saúde, Educ., v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114104014> Acesso em: 20 jun. 2021.
- GARCIA, Adir Valdemar. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções.** Florianópolis: Editoria em Debate, 2012. 435 p. Disponível em: <http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/a-pobreza-humana/> Acesso em: 05 ago. 2021.
- GARCIA, Adir Valdemar; HILLESSHEIM, Jaime. **Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais federais.** **Educar em Revista**, v. 33, n. especial 2, set.2017, p. 131-147. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/s4Z4xXszc389JhTJKvr7kXv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01 dez. 2021.
- GARCIA, A. V.; TUMOLO, P. S. **Pobreza: reflexões acerca do fenômeno.** Revista da ABET, v. VIII, p. 111-124, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15261/8667> Acesso em: 17 ago. 2021.
- GARCIA, A. V.; YANNOULAS, S. C. **Educação, pobreza e desigualdade social.** REVISTA EM ABERTO - INEP, n° 99, v. 30, p. 21-41, 2017. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262> Acesso em: 17 ago. 2021.
- GOMES, Mirraely Maumary Moreira. **A preservação da dignidade da criança e do adolescente: políticas públicas de combate ao trabalho infantil no Brasil.** TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Tabosa de Almeida, Associação

Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru, p. 29, 2018. Disponível em:
<http://repositorio.ascses.edu.br/handle/123456789/1630> Acesso em: 06 dez. 2021.

GONÇALVES, Guilherme Q.; MENICUCCI, Telma M. G.; AMARAL, Ernesto F. L. **Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do programa bolsa família.** Cadernos de pesquisa, v. 47, n.165, p.770-795, jul./set. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/JDwG4J9d5W7hYYVTp8xwCyG/?lang=pt> Acesso em: 14 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Antônio Carlos panorama.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/antonio-carlos/panorama> Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida dos brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. 152 p. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE,** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf> Acesso em: 19 jan. 2022.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. **Brasil Anos 2000: A política social sob regência da financeirização.** Novos estud. CEBRAP, São Paulo, V. 37, n. 02, p. 191-211, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-191.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Teoria da mais-valia** – livro 4 de O Capital , V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Luis F. B.; SOARES, Sergei S. D. **O impacto do programa bolsa família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar.** Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/954/1/TD_1814.pdf Acesso em: 15 nov. 2021.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Pandemia pode lançar 176 milhões na pobreza e ameaçar agenda de 2030.** 07 jul. 2020. Disponível em:
<https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719331> Acesso em: 30 jul. 2021.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une.** São Paulo, 2017. Disponível em:
https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/?_ga=2.131824719.1757475670.1599142129-1290464146.1597252564 Acesso em: 30 jul. 2021.

SANTOS, Mariana Cristina Silva; DELATORRE, Lucas Rocha; CECCATO, Maria das Graças Braga; BONOLO, Palmira de Fátima. **Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática.** Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 24, n. 6, p. 2233-2247, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <https://www.scielo.br/j/csc/a/yqg93sK7XtqR5MYb4GQJMsC/?lang=pt> Acesso em: 15 nov. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23^a ed. São Paulo: Cortez, 1985, 154 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf Acesso em: 05 jun. 2021.

SOUTO, Fernanda A. **A frequência x rendimento escolar de alunos integrantes do programa bolsa família no município de Naviraí.** TCC, Curso de especialização Educação, pobreza e desigualdade. Mato Grosso do Sul/UFMS, 2016. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/a-frequncia-x-rendimento-escolar-de-alunos-epdsufmsbrwp-content/uploads/anaisencontroiepds.html> Acesso em: 15 nov. 2021.

TELES, Alan; STEIN, Rosa Helena. Programas de transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ao direito ou moralização do acesso? In: YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **POLÍTICA educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.** Brasília: Liber Livro, 2013, p. 193-211. Disponível em: http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc_RelatorioFinalAtividades2013_Anexo12_Livro.pdf Acesso em: 06 dez. 2021.